



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 2 DE JULHO DE 2025

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)  
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[Sandra Cristina de Sequeiros Pereira](#)

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 2, 3 e 4, dos Projetos de Lei n.ºs 43, 45 a 52 e 54 a 66/XVII/1.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 82 a 114/XVII/1.ª e do Inquérito Parlamentar n.º 2/XVII/1.ª.

Em declaração política, o Deputado [Hugo Carneiro](#) (PSD) elencou as medidas apresentadas pelo Executivo,

destacando a diminuição da carga fiscal sobre o trabalho. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [António Mendonça Mendes](#) (PS), [João Ribeiro](#) (CH), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE) e [Rui Tavares](#) (L).

Em declaração política, o Deputado [Rui Cristina](#) (CH) referiu-se à gestão do Serviço Nacional de Saúde criticando

as práticas do Governo anterior e acusando o Governo atual de falta de planeamento, supervisão e controlo. Posteriormente, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Miguel Guimarães](#) (PSD) e [Mariana Vieira da Silva](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS) identificou várias áreas — como saúde, educação ou habitação — em que há problemas que o Governo deverá resolver, assegurando que o PS irá proceder à fiscalização do Governo, tendo depois respondido aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Pedro Pinto](#) (CH), [Filipa Pinto](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Alfredo Maia](#) (PCP) e [Hugo Soares](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Mário Amorim Lopes](#) (IL) defendeu a liberdade de expressão, citando como exemplo o processo judicial intentado pelos Anjos contra a humorista Joana Marques. Posteriormente, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L) e [João Antunes dos Santos](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Jorge Pinto](#) (L) fez referência aos fenómenos meteorológicos extremos recentemente registados, considerando-os a maior ameaça à vida e segurança das pessoas, e defendeu a necessidade de preparação e adaptação do País às alterações climáticas. Respondeu, de seguida, aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Alfredo Maia](#) (PCP).

Em declaração política, a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) criticou a política do Governo no que à habitação diz respeito

e apresentou um conjunto de medidas com vista ao aumento da oferta de casas e à regulação do mercado. Seguidamente, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Gonçalo Lage](#) (PSD), [Francisco Gomes](#) (CH) e [Isabel Mendes Lopes](#) (L).

Em declaração política, o Deputado [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) destacou como prioridade da coligação PSD/CDS-PP as medidas de redução de impostos, nomeadamente do IRS, para garantir mais rendimento às famílias da classe média. A seguir, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Miguel Matos](#) (PS), [Alberto Fonseca](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Jorge Pinto](#) (L).

Em declaração política, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) recordou a efeméride dos 30 anos da aprovação da lei da proteção aos animais, salientou as conquistas e propostas do PAN e apontou os recuos resultantes de lacunas existentes, bem como do silêncio do Governo. No fim, respondeu ao pedido de esclarecimento do Deputado [Cristóvão Norte](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Filipe Sousa](#) (JPP) abordou o tema da democracia, fazendo uma reflexão sobre a sua construção e fragilidade, alertou para crescente desconfiança nas instituições do Estado e apelou à sua defesa e consolidação através da mudança com sentido de responsabilidade e honestidade. No fim, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Rui Tavares](#) (L) e [Alexandre Poço](#) (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 10 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde, Srs. Deputados.

*Eram 15 horas.*

Peço às autoridades para abrirem as portas para acesso às galerias pelo público.

*Pausa.*

Solicito ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, várias iniciativas legislativas.

Em primeiro lugar, refiro as Propostas de Lei n.<sup>os</sup> 2, 3 e 4/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV).

Deram também entrada na Mesa os Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 43/XVII/1.<sup>a</sup> (CH), 45/XVII/1.<sup>a</sup> (IL), 46/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD), 47/XVII/1.<sup>a</sup> (CH), 48/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN), 49, 50, 51 e 52/XVII/1.<sup>a</sup> (IL), 54, 55 e 56/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN), 57 e 58/XVII/1.<sup>a</sup> (L), 59/XVII/1.<sup>a</sup> (BE), 60 e 61/XVII/1.<sup>a</sup> (CH), 62/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP), 63 e 64/XVII/1.<sup>a</sup> (CH), 65/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) e 66/XVII/1.<sup>a</sup> (L).

Deram ainda entrada na Mesa os Projetos de Resolução n.<sup>os</sup> 82, 83, 84 e 85/XVII/1.<sup>a</sup> (IL), 86, 87, 88, 89, 90, 91 e 92/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN), 93, 94, 95 e 96/XVII/1.<sup>a</sup> (CH), 97, 98, 99 e 100/XVII/1.<sup>a</sup> (L), 101, 102, 103 e 104/XVII/1.<sup>a</sup> (BE), 105/XVII/1.<sup>a</sup> (CH), 106/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP), 107, 108, 109 e 110/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP), 111/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD), 112/XVII/1.<sup>a</sup> (PS), 113/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) e 114/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP).

Refiro, para terminar, que deu entrada o Inquérito Parlamentar n.<sup>o</sup> 2/XVII/1.<sup>a</sup> (IL).

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Não há mais expediente.

Antes de passar à ordem do dia, gostava só de dizer que hoje se assinalam os 158 anos da Polícia de Segurança Pública.

*Aplausos gerais.*

E assim, pela reação, em nome da Assembleia da República e em meu nome pessoal, saúdo todos os homens e mulheres que integram esta força de segurança, reconhecendo o serviço exemplar que prestam diariamente ao País.

Queria destacar, em particular, o papel da Polícia de Segurança Pública e também da GNR (Guarda Nacional Republicana) na proteção da própria Assembleia da República.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — A segurança do Parlamento nacional, que é assegurada com descrição, rigor e elevado sentido de responsabilidade, é indispensável também ao bom funcionamento desta Casa da democracia, onde se representa o povo português.

Era esta a mensagem que hoje queria deixar, em nome da Assembleia.

*Aplausos gerais.*

Vamos então entrar no ponto das declarações políticas, sendo que a primeira cabe ao Sr. Deputado Hugo Carneiro, do PSD, que tem 6 minutos para o efeito.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O País foi levado a uma eleição, antecipada e inesperada, pelos partidos da oposição, e os portugueses, na avaliação que fizeram, concluíram que o Governo da AD (Aliança Democrática) deveria continuar.

E o Governo não esperou muito para demonstrar que era merecedor dessa mesma confiança e começou logo a decidir e a fazer.

Notem as medidas já apresentadas pelo Executivo: as alterações à Lei da Nacionalidade e as medidas de regulação humanista da imigração descontrolada; a medida da limitação do uso de telemóveis nas escolas;...

*Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.*

... a aprovação da descida do IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) já em 2025.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Esta forma de atuar e de estar é assim porque há um compromisso em resolver os problemas das pessoas. É inquestionável, para qualquer um de nós, que um desses grandes problemas é mesmo o da justiça fiscal e da elevada carga de impostos que os trabalhadores têm de pagar.

E esta realidade é ainda mais pesada para a classe média, que, ao longo dos anos, suportou mais impostos para financiar o crescimento do Estado.

Neste domínio, 2024 foi um ano de excelentes notícias. Portugal, em 2023, tinha a 8.<sup>a</sup> carga fiscal sobre o trabalho, entre os 38 países observados pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), e 42,3 % do rendimento do trabalhador desaparecia em impostos e contribuições.

Terminado o ano de 2024, a situação mudou substancialmente. A carga fiscal sobre o trabalho caiu 1,75 pontos percentuais, para 39,4 %. Foi a maior queda registada.

Portugal caiu da referida 8.<sup>a</sup> posição para a 16.<sup>a</sup>, oito posições no *ranking* num só ano.

Resta a realidade amarga de que 39,4 % do rendimento do trabalho é ainda muito. A média da OCDE é ainda 5 pontos percentuais abaixo da que se verifica em Portugal.

É uma prioridade deste Governo continuar a trabalhar para alterar este estado de coisas, que prejudicou, no passado, os trabalhadores da classe média — uma política que foi da responsabilidade do PS e dos demais partidos da esquerda.

Por isso o Governo tem esta preocupação com o aumento dos rendimentos dos portugueses.

Apresentámos, no verão de 2023, uma proposta concreta para resolver este problema, o que forçou o PS a vir atrás, e, em 2024, a AD apresentou uma redução adicional do IRS também destinada a beneficiar o rendimento da classe média, sem esquecer aqueles que têm menores rendimentos. Quisemos beneficiar o rendimento dos professores, dos médicos, dos engenheiros, dos técnicos superiores ou dirigentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este ímpeto da AD na redução do IRS teve também reflexos no Orçamento para 2025,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... já que os escalões passaram a ser atualizados automaticamente e foi aprovado o IRS Jovem na versão AD, muito mais benéfico para estes.

Agora, iremos reduzir mais 500 milhões de euros no IRS.

Mas vamos a exemplos. Um trabalhador solteiro, que bem pode ser um engenheiro ou um professor, com rendimentos brutos de 2500 € ou 3000 €, poderá poupar adicionalmente entre 166 € e 207 € por ano.

Já um casal com dois dependentes — por exemplo, dois técnicos superiores ou dirigentes e com os mesmos níveis de rendimento para cada um — poderá poupar entre 332 € e 414 € por ano.

Em dois anos e face ao Orçamento do Estado para 2024, com as duas reduções ocorridas por iniciativa da AD, estes contribuintes da classe média pouparão entre 745 € e 1500 € por ano, números redondos.

Essas poupanças também ocorrerão para os que têm rendimentos nos escalões inferiores. Por exemplo, um trabalhador solteiro com rendimento bruto de 1500 € poupará, em impostos, 82 € por ano.

E não vamos ficar por aqui. Temos um compromisso com os portugueses: prometemos baixar os impostos dos trabalhadores e é isso que estamos a fazer.

A proposta de redução adicional do IRS, que tem como destinatários essenciais a classe média, não pode deixar de ser vista no contexto em que o Estado já fez cinco alterações nos escalões mais baixos, desde 2018, entre redução de taxas até ao 6.º escalão e desdobramento de escalões mais baixos.

Importa, agora, atender também àqueles que, representando cerca de 15 % dos agregados da classe média, suportam 45 % da liquidação do IRS, isto é, os que se enquadram entre os 6.º e 8.º escalões e que não são ricos.

Muitos desses trabalhadores, com rendimentos nos 7.º e 8.º escalões, foram esquecidos, no passado, pelo PS e, por isso, com exclusão dos mais ricos, como disse, importa agora reduzir as taxas do IRS até ao 8.º escalão, com exclusão do 9.º. Isto é fazer justiça.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, provavelmente ainda ouviremos alguns dizerem que são contra a redução do IRS por causa da estabilidade das contas públicas e das previsões do Dr. Mário Centeno. Se são, então assumam que são contra para todos perceberem a hipocrisia dessas posições.

Da nossa parte, poderemos assegurar aos portugueses que tudo isto é possível com boas contas públicas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a fiscalidade será um elemento central da governação da AD. O funcionamento do elevador social não pode ser bloqueado pela cobrança de impostos. Os que se qualificaram, muitas vezes trabalhando e estudando ao mesmo tempo, também devem poder ver estes escalões reduzidos.

O que pedimos é que a oposição nos acompanhe, não boicote a escolha dos portugueses e ajude a concluir este processo até ao dia 16 de julho.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Ora bem, o Sr. Deputado tem seis pedidos de esclarecimento e zero tempo para esclarecer.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não precisa de ter tempo para responder! Já está previsto!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É atribuído tempo para responder, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, estava viciado o meu raciocínio.

Srs. Deputados, afinal, são sete pedidos de esclarecimento, aos quais o Sr. Deputado Hugo Carneiro responderá dois a dois e três no final.

Tem a palavra, para o primeiro pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a oposição tem acusado este Governo e esta maioria, à falta de melhor argumento, de que a redução de 500 milhões de euros de IRS neste ano e a redução de 2 mil milhões de euros de IRS até 2029 poderiam pôr em causa a estabilidade das contas públicas e o equilíbrio orçamental.

Aquilo de que esta oposição de esquerda se esquece é que os dois partidos que compõem a AD são os dois partidos das contas públicas em ordem e da estabilidade orçamental em Portugal.

*Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.*

Ao longo da nossa história, nunca provocámos uma bancarrota e várias vezes tivemos de salvar o País da falência provocada pelos socialistas.

*Aplausos de Deputados do PSD.*

*Protestos do PS.*

Por isso, Sr. Deputado, gostaria de lhe fazer a seguinte pergunta: pode garantir, uma vez mais, perante o Plenário, que a redução do IRS prevista pelo Governo e apoiada por esta maioria vai permitir reduzir o fardo

fiscal assumido pelas famílias portuguesas, mas ao mesmo tempo garantir as contas públicas em ordem e o equilíbrio orçamental até ao final da Legislatura, 2029?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Carneiro, vamos então falar da descida do IRS.

No próximo dia 20 de julho far-se-ão 56 anos desde que o homem pisou a Lua pela primeira vez. Quando o fez, Neil Armstrong disse: «Este é um pequeno passo para o homem, um grande passo para a humanidade.» O que é que isto tem a ver com a descida do IRS? Absolutamente nada.

*Risos da Deputada da IL Mariana Leitão e de Deputados do L.*

Na verdade, estamos a falar de um microscópico passo para os contribuintes com esta descida de IRS. Para tornar isto ainda mais claro, vou tentar explicar de uma forma mais visual. Vou recorrer aqui ao nosso porquinho mealheiro, ao «Karlitos».

*O orador exibiu um mealheiro em forma de busto de Karl Marx.*

*Risos da IL.*

Noto já o ar de cobiça da bancada do PCP. Mas este mealheiro é nosso, não é da cooperativa; se quiserem um, vão ter mesmo de comprar.

O que está em causa é que, para um salário de 1200 €, existe uma poupança mensal de 4 €, se dividirmos por 14 meses. Portanto, vamos colocar 4 € no «Karlitos» e este capital é para ter retorno.

*Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

Estamos a falar de 4 €, Sr. Deputado. É isto, é este o passo microscópico que o Partido Social Democrata e o Governo têm para apresentar ao povo português.

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Vai partir o mealheiro!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Está muito aquém das necessidades de Portugal e dos portugueses, que precisam de um verdadeiro alívio fiscal. Mas, para isso, precisamos de algo que, se calhar, os senhores infelizmente não conseguirão ter, que é alguma coragem política para tomar estas decisões.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço as duas perguntas que me foram colocadas.

Começando pelo Sr. Deputado Paulo Nuncio, gostava de reafirmar aquilo que eu disse na minha intervenção e que está também subjacente à sua pergunta. A AD irá fazer esta redução do IRS mantendo as contas públicas saudáveis, com responsabilidade, e não haja dúvida nenhuma sobre isso.

Como disse, e bem, nunca fomos nós a levar o País à bancarrota...

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... e, portanto, manteremos esse registo, superando as previsões catastrofistas que muitos têm vindo a fazer, a começar pelo Governador do Banco de Portugal, como é conhecido.

Relativamente à pergunta da Iniciativa Liberal, achei graça à forma como a questão foi colocada. Só gostava de dizer ao Sr. Deputado Mário Amorim Lopes que, se mantiver o dinheiro nesse mealheiro, como não rende juros,...

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Que piada!...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... vai ter um problema com a inflação, porque vai ter uma redução do seu rendimento e da sua riqueza.

Esperava que a Iniciativa Liberal tivesse mais cuidado com isso e soubesse perceber que é melhor investir o dinheiro em algum sítio útil e não exatamente nesse mealheiro estático.

*Aplausos do PSD.*

*Risos da IL.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Em Faro fizeram coligação. E agora estão com essa conversa?!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Deputado, ao contrário da Iniciativa Liberal, que sempre quis fazer todas as reduções e mais algumas, 3 mil milhões ou mais mil milhões de cada vez, sem cuidar de saber se isso era comportável em cada momento tendo em conta a despesa do Estado, nomeadamente a manutenção dos serviços públicos essenciais — portanto, o vosso era um salto no precipício, era caminhar para a frente, ou seja, se não houver escolas, não há escolas, se não houver saúde para os portugueses, não há saúde para os portugueses, e este sempre foi o vosso espírito —,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não havia mealheiro que aguentasse!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... no caso da AD, tivemos sempre uma posição responsável.

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

Repare, Sr. Deputado, grão a grão, vamos reduzindo o IRS como não era reduzido há muito tempo.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Deputado, 4 €!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Gostava de recordar que a redução que o PS fez, nomeadamente no seu último Orçamento, teve como pretexto o facto de a AD ter colocado o tema na agenda política e ter apresentado propostas neste Parlamento para reduzir o IRS.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Todas a mais!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vamos na terceira consecutiva!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, aquilo que gostava de perceber e não percebi, uma vez que a Iniciativa Liberal tem outro tema de intervenção,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Terceira seguida! Só na AD!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... é se vai apoiar ou não esta redução. Esta é a questão essencial, Sr. Deputado. Vai apoiar ou não a redução do IRS?

Mais, o Sr. Deputado — desculpe-me a expressão — foi maroto no exemplo que utilizou. Foi maroto.

*Risos.*

E foi maroto porquê? Porque trouxe aqui alguém que tem um rendimento muito baixo e que, provavelmente, já não paga ou paga muito pouco IRS.

*Protestos da IL.*

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — A descida não é para eles, é para os outros!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Já não tinha moedinhas! Não tinha moedinhas!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Para alguém que seja da classe média — e eu dei os exemplos — e ganhe entre 2500 € e 3000 €, pode poupar entre 160 € e 414 € por ano, dependendo se é solteiro ou se é uma família que tenha este nível de rendimentos.

Portanto, Sr. Deputado, não seja tão maroto nos seus exemplos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Mendonça Mendes, do Partido Socialista. Tem 2 minutos.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hugo Carneiro, cumprimento-o pela sua intervenção e aproveito para dizer ao Sr. Deputado Mário Amorim Lopes não que vá à Lua mas que desça à Terra.

Sr. Deputado Hugo Carneiro, em matéria de política fiscal, devo recordar-lhe uma frase muito importante do líder do seu partido e Primeiro-Ministro: «Vamos baixar os impostos sem truques.»

Primeiro truque: «Vamos descer o IRS em 1500 milhões de euros.»; afinal, eram 300 milhões de euros.

Segundo truque: «O Orçamento do Estado para 2025 não tem nenhum aumento de impostos.»; no dia 1 de janeiro é publicada a portaria a aumentar as taxas de impostos sobre os combustíveis.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Bem lembrado!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Terceiro truque: «O IRS Jovem é para todos.»; não, afinal o IRS Jovem retirou o prémio salarial aos jovens com rendimentos de 1500 €, 2000 €, 3000 €, 4000 €.

**Vozes do PS**: — Muito bem! Bem lembrado!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é verdade!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Deputado, os resultados da política fiscal da AD também já podem ser aferidos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Desastre!...

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Deputado, descida do IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) aprovada. Foi no primeiro trimestre de 2025 a primeira vez que o investimento direto estrangeiro baixou desde a pandemia, e o PIB (produto interno bruto) caiu, em cadeia, 0,5 %. Foi a descida do IRC da AD.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — A seguir a uma grande subida há uma grande descida!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Quanto ao IRS Jovem, a Comissão Europeia fez a avaliação e disse, de forma clara, que é um instrumento que cria desigualdades. Vou dizer-lhe qual é a desigualdade, Sr. Deputado. O Sr. Deputado estava muito incomodado com o rendimento que o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes trouxe, mas a desigualdade entre os jovens é a de que um jovem advogado, um jovem professor ou um jovem médico são prejudicados no IRS Jovem face a um jovem futebolista. É isto que a Comissão Europeia nos diz, no relatório que fez.

*Protestos do Deputado do PSD Marco Claudino.*

Sr. Deputado, sobre resultados disseram: «Vamos baixar os impostos sem truques, vamos baixar a carga fiscal.» Sr. Deputado, o resultado que têm para apresentar é a segunda maior carga fiscal do século.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O PS a falar disso?!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Esse é o resultado da sua política fiscal.

Por isso, Sr. Deputado, desafio-o a tentar rebater qualquer um dos meus argumentos, porque, se não os rebater, o conteúdo da sua intervenção não tem nenhuma credibilidade.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Carneiro tem a palavra para responder.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não é já, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Desculpe, isto não está a correr bem. Foi da Conferência de Líderes...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Foi exaustiva!

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Ribeiro, do Chega.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Carneiro, estamos de acordo numa situação: pagamos muitos impostos; mas não estamos de acordo em como é que chegámos a eleições, porque foi o Governo que simulou um penálti e se mandou para o chão para provocar eleições.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Essa é que é essa!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Depois, também não estamos de acordo com a carga fiscal. Ela diminuiu, mas continua em níveis recorde.

A proposta que querem apresentar tem em conta uma baixa no IRS, mas também tem de ter em conta — o que conta para os portugueses não são os milhões, é o ordenado de cada um — as deduções fiscais, que não estão a ser consideradas nesta redução do IRS. Temos de ter essa preocupação, porque realmente a taxa pode baixar. Se não há deduções, a base em que incide o imposto é muito superior. No fundo, pagamos menos percentagem, mas pagamos mais valor porque temos menos deduções fiscais. As pessoas lá em casa têm de perceber que é assim que acontece.

Além disso, temos de perceber que os portugueses sentiram recentemente, há duas semanas, aquele pico do preço do petróleo que houve a nível internacional. Os preços dos combustíveis subiram muito — agora já desceram, é verdade — e sobre isso o Governo não se ouviu.

Ou seja, os portugueses sentem uma fragilidade, não sentem a estabilidade fiscal que é necessária.

*Aplausos do CH.*

Os portugueses têm de sentir estabilidade fiscal, têm de sentir que, se houver alguma situação anómala, o Governo está lá para sustentar essa situação anómala e não a sentirmos no nosso bolso.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Se fossem os senhores, baixavam e aumentavam impostos todas as semanas!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — A minha questão é muito simples. Estamos de acordo que foi a esquerda, foi o PS que sempre teve esta voracidade fiscal. Desta vez, vocês querem falar com o Chega — porque a maioria que tiveram foi maior, mas não é uma maioria absoluta — ou preferem falar com o PS?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, quero agradecer aos dois Srs. Deputados que colocaram as questões.

Vou começar pelo Sr. Deputado António Mendonça Mendes. Há pouco até estranhei, porque estava sentado tão à esquerda e eu não estou habituado; via-o mais central. Mas agora já sei onde está, e até é melhor para nos dirigirmos diretamente.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Tenta lá responder!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Deputado, devo recordar-lhe que, de facto, o Orçamento do Estado para 2025 não aumentou um único imposto. Isso é claro! Nem um único imposto!

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Seja sério!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PS é que aumentou os impostos! Sei que não foi este líder, foi o outro que está lá mais para trás!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E a correção que o Sr. Deputado referiu, nos impostos sobre os combustíveis, foi iniciada inclusivamente pelo Partido Socialista, por imposição da Comissão Europeia. Sr. Deputado, era bom relembrar isso.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Já desmentiu duas! Mas já vai à terceira, de seguida!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Deputado, devo dizer-lhe também que o seu argumento sobre o IRS Jovem é surpreendente, e vou explicar-lhe porquê.

Quando diz que cria uma injustiça, e dá o exemplo dos advogados e dos professores comparando-os com os futebolistas, preciso que me explique uma coisa, Sr. Deputado.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Não ouviu a pergunta!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É verdade, ou não, que os jovens que sejam advogados ou professores e que estejam dentro das regras do IRS Jovem beneficiam de uma redução ou eliminação brutal dos impostos sobre o IRS?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Três! Três seguidas!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É ou não é verdade, Sr. Deputado?

O problema, Sr. Deputado, é que tenta criar uma narrativa que não tem adesão à realidade.

Depois, falou aqui da carga fiscal, mas fiquei na dúvida, talvez por estar tão à esquerda...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Olha, afinal, vamos à quarta!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Ó Sr. Deputado, estava a falar da carga fiscal ou da carga fiscal sobre os impostos? É que essa baixou. E até lhe digo uma coisa, Sr. Deputado,...

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Diga!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... se for ver os números da execução orçamental de 2024, vê que nesse ano houve uma arrecadação de cerca de 1000 milhões de euros inferior em receita de IRS face ao que estava previsto no Orçamento, e isso não tem paralelo desde 2021, em que aumentou sempre, Sr. Deputado.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — 4-0!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Muito fraquinho!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Deputado, de tudo aquilo que referiu, de facto, não consigo perceber quais são as suas preocupações.

Mas vamos também ao IRC e ao investimento direto estrangeiro.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Olha, vão ser cinco!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Deputado, nós começámos uma política e não fomos tão longe quanto queríamos porque vocês não aceitavam.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Agora a culpa é nossa!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Porque se venderam!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Queríamos reduzir o IRC, como sabe, em 2 pontos percentuais. Também como sabe, a conjuntura internacional é totalmente diferente.

Sr. Deputado, sei que é um homem com fé e, portanto, tenha fé na AD, porque tenho a certeza de que o tempo nos vai dar razão e o Sr. Deputado vai ser o primeiro a reconhecê-lo.

Cá estaremos para fazer esse debate com toda a elevação e com os números verdadeiros, pois acho que são esses que devemos utilizar.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, ainda tem 15 segundos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa, não foi por mal.

Sr. Deputado, ninguém eliminou as deduções fiscais que existem no Código do IRS, nem ninguém propõe a sua eliminação. Estamos a reduzir a tributação através das taxas, o que tem um impacto em todas as famílias, como é sabido, porque afeta os diferentes escalões.

Portanto, os portugueses beneficiam com menos impostos, que é por isso que devemos lutar. Queremos é saber se todos estarão unidos para aprovarmos isto até 16 de julho.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Eram os 15 segundos da tolerância.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hugo Carneiro, depois de ouvi-lo, e conhecendo o Programa do Governo da AD, só há uma conclusão a tirar:...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O PCP está contra!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... o PSD e o CDS — e já agora o Chega e a Iniciativa Liberal — não estão minimamente interessados em assegurar maior justiça fiscal.

A proposta de lei para o IRS é um engodo, é uma armadilha para enganar os trabalhadores e os reformados. A esmagadora maioria dos reformados não verá nem 1 cêntimo com a proposta do Governo.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Isso é verdade!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Aliás, não é por acaso que as simulações do Governo começam em pensões de 1000 € quando a maioria dos reformados auferem menos de 510 €. Os mais de 850 000 trabalhadores que ganham o salário mínimo nacional nem um centavo verão.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não pagam IRS!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Que ninguém se engane, o pequeno alívio de 40 € anual para um salário bruto mensal de 890 € contrasta muito com os 400 € de bónus para salários de 7000 €. São 10 vezes mais!

Pergunto, Sr. Deputado: é a isto que a direita chama justiça social? Trata-se de uma injustiça fiscal sempre embrulhada na estafada conversa da classe média. Não é por acaso que as simulações do Governo pararam nos 3000 € brutos. Porque não as fizeram para quem ganha mais de 7000 €, Sr. Deputado? A verdade é que a AD quer mesmo baixar os impostos para a classe alta e não para os trabalhadores e os reformados.

Já agora, Sr. Deputado, em matéria de justiça fiscal, pergunto: porque é que não alivia o IVA (imposto sobre o valor acrescentado) sobre a eletricidade, o gás e as telecomunicações?

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Outra vez?

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hugo Carneiro, não podemos confundir justiça fiscal com privilégio.

Quando temos reformados residentes não habituais que pagam 10 % de taxa de imposto, independentemente da sua reforma, ao lado de reformados portugueses que trabalharam a vida inteira e que têm de pagar o imposto às taxas que qualquer trabalhador paga, isto não é justiça, é privilégio.

Quando o Governo aprova um IRS Jovem que beneficia muito mais quem é muito mais rico, isto não é justiça, é privilégio.

Da mesma forma, não é preciso alterar a taxa dos escalões mais altos para beneficiar os escalões mais altos porque, quando se mexe nas taxas dos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º escalões, está a beneficiar-se quem está no 8.º escalão, dado que quem está lá em cima beneficia cumulativamente das reduções de taxa nos primeiros escalões.

*Protestos do PSD e da IL.*

O que é que quero dizer com isto? Quero dizer que quem ganha 8000 €, ou 9000 €, ou 5000 € por mês beneficia quando é reduzida a taxa dos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º escalões. Não tem de reduzir-se a taxa dos 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º escalões, porque isso faz com que o impacto seja regressivo, faz com que o impacto seja muito maior para quem ganha muito mais.

Mas já que estamos a falar de justiça, pergunto-lhe, Sr. Deputado: qual é a justiça de o contratante num contrato de crédito à habitação posterior a 2011 não poder deduzir os juros do crédito à habitação? Quando os preços da habitação mais subiram, quando os juros mais subiram, quando a habitação pesa tanto no rendimento das pessoas, não seria muito mais justo e prioritário permitir a dedução dos juros do crédito à habitação?

É este o desafio que lhe faço e é isto que lhe pergunto.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias, há uma parte deste debate que é certamente de bom senso, de senso comum.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, está a falar de bom senso...!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É melhor aliviar a carga fiscal sobre a classe média e os trabalhadores do que não o fazer. É melhor fazer algum alívio, por pequeno que ele seja, do que não fazer qualquer alívio.

No entanto, há uma parte deste debate que é mais de um senso comum político do que financeiro e que tem a ver com a concentração do debate no IRS e não no IVA.

Já aqui foi mencionada, mas vale a pena explorar, a questão de qual a razão por que os partidos, nomeadamente os partidos do poder, se concentram na descida do IRS. Em parte, é porque a descida do IRS beneficia mais...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quem trabalha mais. É verdade!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... os que têm mais, quando é feita desta maneira, e beneficia as classes médias e médias altas que têm mais poder político...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Meu Deus!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e mais poder mediático também.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Meu Deus do Céu!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não beneficia, por exemplo, as classes baixas que não pagam IRS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Porque não pagam!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Deputado Hugo Soares, já agora, pode participar no debate ouvindo também. Não precisa de interromper quem está a falar.

O Sr. Deputado Hugo Soares sabe perfeitamente que 40 % dos portugueses, os que têm menos rendimentos, não pagam sequer IRS, pelo que não são tocados por esta descida.

E se é verdade que em tempos o IVA foi aumentado em Portugal, até por um Governo de José Sócrates, imediatamente antes da troica, no tempo dos PEC (Pactos de Estabilidade e Crescimento), estranha-se que agora, no afã de poderem finalmente desfazer o que naquela altura foi feito — algo em que o PSD, aliás, se especializa —, se esqueçam desta população.

A verdade é que em Portugal, com a taxa normal, pagamos 23 % de IVA, um valor acima da média europeia, ao passo que o nosso IRS não está acima do da média europeia,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e pagamo-lo desde 2010.

Acontece que esse é também um problema de coesão, porque nas zonas fronteiriças é mais fácil atravessar a fronteira e consumir em Espanha,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ricos e pobres!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... o que é um problema para Portugal.

Pergunto: porque é que o PSD não quer visitar o IVA, tal como o Livre propõe, e acompanhar as nossas propostas? Porque é que não o querem fazer, por exemplo, no acesso a material para combate às alterações climáticas, que está a ficar mais caro?

Portanto, o desafio é muito simples: Sr. Deputado Hugo Carneiro, porque é que não acompanham o Livre na proposta para a descida do IVA?

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço as perguntas que foram colocadas.

De facto, algumas destas perguntas são transversais e tenho alguma dificuldade em perceber quando dizem que alguém que não paga impostos porque tem um rendimento baixo não é beneficiado com esta proposta. Pois, se não paga impostos... Como é? Vai receber um subsídio? Como é que querem fazer isso? Não consigo perceber.

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

Reparem, Srs. Deputados, essas pessoas não pagam impostos porque o Parlamento, e bem, decidiu que os rendimentos eram tão baixos que essas pessoas não tinham de pagar impostos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É este o trabalho do Parlamento.

Portanto, temos é de modernizar a nossa economia e puxar pela nossa sociedade para que as pessoas possam aumentar os seus rendimentos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Para pagarem impostos!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Este é o ponto central da discussão que gostava de ver abordado quando os Srs. Deputados fazem estas perguntas, mas não é o que se passa.

Relativamente ao PCP e ao Bloco de Esquerda, que referiu os escalões mais baixos, percebo, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, que na lógica da esquerda, e sempre foi assim, o confisco dos rendimentos é a solução para tudo.

*Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.*

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — O confisco?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Aumentar a despesa do Estado à custa do confisco do rendimento da população.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Ora, nós não damos para esse peditório.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Para quem não esteve atento à intervenção que fiz, gostava de recordar que, até ao 6.º escalão, já existiram cinco mexidas, desde 2018, que reduziram taxas ou que fizeram o desdobramento de escalões.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — E isso também afeta lá em cima.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Aquilo que estamos a querer fazer agora é, finalmente — porque foi bloqueado no ano passado —, mexer nos escalões que afetam a classe média, os tais professores, os médicos, os engenheiros, os dirigentes da Administração Pública, todas essas pessoas.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — E as taxas marginais?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não consigo perceber o motivo da discordância e, portanto, o que posso depreender é que, como tinham de dizer qualquer coisa, vieram dizer isso.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Se calhar, não sabe o que é uma taxa marginal. É preciso explicar-lhe.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas respeito a opinião de cada um. É o que é, e a gente vive bem com isso. Sobre a questão do IVA colocada pelo Livre, gostava de dizer, Sr. Deputado Rui Tavares, que, de facto, se baixássemos o IVA estávamos a beneficiar quem consome mais.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E quem ganha mais!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Acho que isso é evidente, Sr. Deputado.

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

O funcionamento do IRS permite tributar de forma justa a população em função dos seus rendimentos. Também me parece curiosa a posição do PS, que aprovou o Programa Regressar e que durante alguns anos não se importou com dar umas borlas fiscais a jogadores de futebol como o Otamendi, o Pepe,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Di María.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... entre outros. Portanto, não deixa de ser curiosa esta posição da esquerda.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Srs. Deputados, para terminar, deixo um apelo. Vamos ter este debate novamente na sexta-feira e temos de resolver isto até dia 16 de julho, com a votação final — temos, se houver acordo. Por isso, faço um apelo para que tal seja possível, para ajudarmos os portugueses a pagarem menos impostos.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Tem de vir mais bem preparado!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Todos eles, os da classe média, os que têm menos rendimentos. É isso que queremos fazer.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Antes de passarmos à intervenção seguinte, quero anunciar à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos, nas galerias, um grupo de 29 cidadãos da Câmara Municipal de Arouca e um grupo de 52 cidadãos de Penacova.

*Aplausos gerais.*

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cristina, do Chega, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Serviço Nacional de Saúde atravessa uma bancarrota de confiança e eficiência, consequência direta da gestão do Governo da AD e da má herança deixada pelo Partido Socialista.

A Ministra Ana Paula Martins regressou com pleno conhecimento dos problemas de natureza estrutural herdados e mesmo assim optou pela inércia, por anúncios pomposos e pela legitimação de práticas insustentáveis em vez de reformas corajosas.

*Aplausos do CH.*

Permitam-me relatar um caso chocante. Uma grávida de 40 semanas percorreu cinco hospitais em duas semanas — Setúbal, Barreiro, Garcia da Orta, Cascais e, finalmente, Santa Maria — e foi mandada para casa. Foi-lhe dito que estava tudo bem, até que a cesariana de emergência chegou tarde demais e a bebé nasceu, mas, infelizmente, não sobreviveu.

Como é possível que uma grávida seja obrigada a percorrer cinco hospitais sem que seja devidamente assistida? Como é possível que cinco equipas médicas diferentes não tenham identificado esta situação de risco?

Nós exigimos respostas e responsabilização política.

*Aplausos do CH.*

Mas este não é um caso isolado. Durante a greve do INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), em novembro, um homem de 53 anos, em Pombal, sofreu um enfarte. O relatório da IGAS (Inspeção-Geral das Atividades em Saúde) é inequívoco: entre a chamada de socorro e a chegada do meio de auxílio decorreu 1 hora e 50 minutos, e esta família ainda não recebeu apoio psicológico. Esta greve foi anunciada, mas o Ministério da Saúde escusou-se a antecipar medidas de contingência, optando pelo cúmplice silêncio.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o SNS (Serviço Nacional de Saúde) está em colapso. Há 1 milhão e 644 mil portugueses sem médico de família e 60 % das vagas em medicina familiar não foram ocupadas. Isto resulta da incapacidade de atrair recursos e de carreiras desvalorizadas.

O Conselho das Finanças Públicas confirma o défice histórico de 1377 milhões de euros, em 2024, superando até os anos da pandemia. A despesa subiu 9,1 %, enquanto a atividade aumentou 1 %. É grave ter-se gastado 465 milhões de euros em trabalho suplementar — o mesmo mecanismo que o PSD criticava fortemente quando estava na oposição — enquanto, simultaneamente, o investimento em infraestruturas e equipamento mal atinge 2,4 % da despesa total, negligenciando a modernização há muito anunciada e adiada.

*Aplausos do CH.*

Mas há outros casos que demonstram falhas graves de supervisão e controlo.

Primeiro caso, um dermatologista no Hospital Santa Maria faturou mais de 400 000 € em 10 dias, pelo SIGIC (Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia), e recebeu mais de 51 000 € num sábado.

Segundo caso, um dermatologista registou em seu nome cirurgias realizadas por internos, enquanto se encontrava num desses sábados em Itália, tendo encaixado 113 000 €.

Isto revela não só a inexistência de supervisão, mas a existência de sistemas que facilitam o saque ao erário público.

*Aplausos do CH.*

A gestão dos helicópteros de emergência médica constitui outro exemplo de falta de planeamento adequado. Apesar da adjudicação do concurso a uma empresa de Malta, foi necessário recorrer à Força Aérea para garantir um serviço que deveria estar assegurado há muito tempo. Mais um anúncio pomposo, mais manchetes no jornal a dizer que alguns dos aparelhos não podem voar durante a noite, que outros demoram cerca de 1 hora a levantar voo e que nem todos têm condições para aterrar nos heliportos hospitalares.

No âmbito do Plano de Emergência e Transformação na Saúde, foi prometida há um ano a criação de uma rede de transportes inter-hospitalares que até hoje, e apesar do despacho, continua no papel. Esta rede poderia colmatar grande parte das necessidades atuais. A linha SNS 24 encontra-se sobrecarregada, criando obstáculos a muitas pessoas que precisariam de aceder rapidamente às urgências.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, este é mais um relato do que se passa em Portugal. Até o próprio Presidente da República alertou para o descrédito do INEM e a legitimidade do SNS, que sustenta a coesão social e a credibilidade das nossas instituições.

Um estudo da NOVA revela que, em 2024, a produtividade do SNS atingiu o valor mais baixo da última década: apenas 185 doentes tratados por cada milhão de euros gastos. Este aumento exponencial, aliado à ineficiência do sistema, põe em causa a sustentabilidade do mesmo. E não se trata de disputas partidárias, mas de responsabilidade para com os cidadãos.

O Serviço Nacional de Saúde é um legado democrático que exige gestão competente, transparência no uso dos seus recursos e reformas estruturais, profundas e eficazes, e está à vista que a Ministra Ana Paula Martins deixou agravar estes indicadores, perpetuou falhas estruturais e acumulou casos de supervisão deficientes. É evidente que não possui competência necessária para liderar as mudanças urgentes do SNS.

Exigimos uma liderança renovada, dotada de uma equipa com uma visão estratégica, com determinação e rigor na execução, que possa, de uma vez por todas, resgatar o SNS do abismo, restaurar de uma vez por todas a confiança pública e garantir o direito constitucional do acesso à saúde.

Os portugueses não podem esperar mais! O SNS e os portugueses...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento, tendo indicado à Mesa que pretende responder em conjunto.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Guimarães, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, acabámos de ouvir uma intervenção que prefere utilizar aquilo que corre mal relativamente às mortes das pessoas para fazer política. Sr. Deputado, é muito mau fazer isso sem perceber exatamente o que aconteceu.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Morreram ou não morreram?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Quem o viu e quem o vê!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — O caso da grávida que foi atendida em cinco hospitais, vista por cinco equipas diferentes, não deve ser criticado dessa maneira. Deve ver-se o que aconteceu e depois falar.

*Protestos do CH.*

*Aplausos de Deputados do PSD.*

Vocês falam quando as urgências não estão abertas e falam quando os doentes são atendidos no serviço de urgência.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do CH e do PS.*

Segundo aspeto, Sr. Deputado, porque insistem no tema da Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, na sua responsabilização, na sua demissão? É a pessoa que, na última década, mais fez pelo Instituto Nacional de Emergência Médica, pelo INEM.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do CH.*

É a pessoa que deu autonomia financeira ao INEM, porque captou as verbas para ficarem no INEM para se poderem fazer investimentos.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — É a pessoa que valorizou a carreira dos técnicos de emergência pré-hospitalar, que fez mais formação aos técnicos e produziu mais contratação, levando a que houvesse mais médicos, mais equipamentos, mais viaturas de emergência!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Morreram 11 pessoas! O que importa é a saúde!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sei que estou a incomodar e que por isso é que vocês estão a falar.

*Protestos do CH.*

Portanto, em termos práticos, Sr. Deputado, para além do que referi, há uma coisa que quero dizer ao Chega. O Chega passa a vida a falar da reforma do Estado. Fala de reforma na saúde, mas quando ouvimos falar o Chega verificamos que não é apresentada uma única medida de reforma.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do CH.*

É impressionante! O Chega não sabe o que é a reforma do Estado, o Chega não sabe o que é ter espírito reformista, o Chega não sabe o que deve fazer ao Serviço Nacional de Saúde, e o Sr. Deputado Rui Cristina demonstrou isso mesmo nesta situação.

*Protestos de Deputados do CH.*

Portanto, Sr. Deputado Rui Cristina, pergunto: porque é que insiste em responsabilizar uma ministra que foi quem, nos últimos 10 anos e até hoje,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eh...!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — ... mais fez pelo Instituto Nacional de Emergência Médica?

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do CH e contraprotestos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Lembro que é possível inscreverem-se mais Deputados para pedidos de esclarecimento, se assim desejarem.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva, do Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, 2 minutos começa a ficar curto para descrever o que se tem passado nestes 14 meses.

Portugal tem hoje mais portugueses sem médico de família, tem hoje mais portugueses em lista de espera para cirurgias, tem hoje mais portugueses em lista de espera para consultas, tem hoje concursos para médicos completamente desestruturados. Tudo, tudo piora.

A Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde responde sempre. Já responsabilizou as administrações, que são fracas. Já responsabilizou, naturalmente, o anterior Governo. Já responsabilizou utentes. Já responsabilizou a Secretária-Geral do Ministério da Saúde, o INEM e todos os seus outros serviços. Agora, nos casos recentes, responsabiliza dois trabalhadores do INEM. E lembro que também já responsabilizou a sua anterior Secretária de Estado, agora sentada na bancada do PSD.

*Protestos de Deputados do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde já responsabilizou tudo e todos e nunca assumiu a sua responsabilidade.

*Aplausos do PS.*

A responsabilidade pela instabilidade que resulta de políticas que tem criado. A responsabilidade em relação a dados sucessivamente apagados no *site* para que este Parlamento não possa fazer o seu escrutínio.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — A responsabilidade por uma estranha insistência de que não era necessário fazer um concurso para a contratação do serviço de helicópteros, sendo que, após seis meses de pausa, estamos agora na situação de ter de recorrer à Força Aérea, que não responde completamente ao problema.

Quanto às urgências — talvez o caso mais grave —, já retiraram os dados do *site*, já quiseram pôr telefones à porta, já explicaram que não se podia recorrer, e nunca assumem que neste momento existe um problema de referenciação que tem levado a muitos casos como o daquela grávida há pouco referida.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é tempo de a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde assumir as suas responsabilidades, mas não deixo de perguntar ao Chega se já percebeu, finalmente, que 14 meses depois tudo está...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cristina, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva, agradeço as questões colocadas e começo por responder dizendo que chegámos a este estado na área da saúde muito devido à vossa herança.

**Vozes do CH**: — Claro!

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — A herança que foi deixada dos sete anos em que estiveram à frente dos Governos do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — E a resposta à pergunta?

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Mas não podemos deixar de elucidar e de dizer, olhos nos olhos, que a grande responsabilidade é de quem governa de há um ano para cá.

Gostaria que o Dr. Miguel Guimarães estivesse com atenção, já que estou a responder-lhe a uma questão, porque me fez vários avisos e tentou ludibriar um bocado quem está lá em casa.

Devo dizer que me custa ver o Miguel Guimarães, ex-Bastonário da Ordem dos Médicos, pessoa por quem tenho bastante estima, vir aqui defender algo em que ele próprio não acredita! A saúde está muito pior do que estava!

*Aplausos do CH.*

Isto custa-me! Dói-me por dentro vir aqui e ter de dizer isto de um partido de centro-direita que em vez de transformar a saúde está a levá-la para a beira do abismo.

*Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.*

Mas vamos a factos, Sr. Deputado Miguel Guimarães. Diz o Sr. Deputado que a Sr.<sup>a</sup> Ministra foi quem mais investiu no INEM? Sejam sérios, Sr. Deputado. O INEM precisa de ser averiguado.

Nós avisámos a Sr.<sup>a</sup> Ministra de que precisava lançar o concurso para os helicópteros. Não o lançou, e agora, à última hora, é por ajuste direto. A própria empresa que ganhou o concurso não tem pilotos formados. Ainda por cima vamos ter de trazer a jogo a Força Aérea, que tem equipamentos que não satisfazem as regras de segurança para as vítimas e para quem trabalha nestas situações. Esta é que é a questão.

Lembra-se do fatídico dia 4 de novembro, em que foram avisados de que ia haver uma greve e o Ministério da Saúde ignorou por completo essa greve?

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Lembre-se, Sr. Deputado, que neste momento temos mais pessoas sem médico de família do que tínhamos há um ano.

*Protestos de Deputados do PSD.*

Recorde-se que, para quem espera por consultas e cirurgias, os tempos aumentaram. Isto é factual! Nós somos os líderes da oposição e não podemos glorificar o que não funciona!

*Aplausos do CH.*

Peço-lhe imensa desculpa. Isto está a custar-me, mas é verdade!

Se o Sr. Deputado tem dúvidas sobre as nossas propostas para a transformação na saúde, é muito simples, vou fazer-lhe chegar o nosso programa eleitoral para as legislativas de 2025. O melhor programa eleitoral que foi elaborado.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Nem uma! Nem uma!

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Infelizmente, esta é a realidade.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD e contraprotestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, embora perceba o calor da discussão, pedia que tivéssemos sempre o cuidado de, quando nos dirigimos uns aos outros, não ser pelo título académico, nem pelo nome próprio, nem por «você». Assim estaremos todos a cumprir a praxe parlamentar. E não se trata só da praxe, é cumprimento do Regimento da Assembleia da República, que a isso se refere.

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do PS, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O início da legislatura tem vindo a demonstrar uma clara tendência para o avolumar da escala dos problemas herdados do primeiro mandato da governação da AD, sendo em muitas áreas visíveis não só a incapacidade das medidas, a insuficiência das respostas, mas, em especial, os efeitos negativos das decisões tomadas, apesar de todos os alertas formulados.

Detetamos falhas em setores determinantes para a nossa vida em comunidade, que comprometem o presente e o futuro do Estado social. Falhas cujo impacto negativo tem presença na agenda e nas prioridades do Executivo, diametralmente oposto à atenção que deveriam merecer, atenta à sua gravidade e o impacto na vida das pessoas.

Preso numa obsessão de esvaziar a agenda da extrema-direita, o Governo deixa para trás as muitas urgências às quais é chamado todos os dias.

Começo precisamente pelas urgências, em sentido próprio. Dados de hoje mesmo revelam tempos de espera nas urgências de um dos principais hospitais do País, sem comparação com anos recentes, num momento em que não é um pico de afluência sazonal que explica as mais de 5 horas até se chegar à triagem.

Quando tudo se resolveria num ápice no ano passado, temos hoje um País com mais pessoas a aguardar médicos de família e mais urgências de obstetrícia encerradas do que no período homólogo do ano anterior; temos a situação das listas de espera para cirurgias e consultas a piorar no meio do desaparecimento de números detalhados; temos graves consequências da incapacidade gestonária e da seleção de dirigentes demonstrada pelo Governo, particularmente visível no INEM; e temos uma desresponsabilização permanente da Sr.<sup>a</sup> Ministra.

No setor da educação, a semana foi também particularmente elucidativa quanto à dupla problemática que referi: de um Governo que, por um lado, prometeu todas as facilidades do mundo e se confronta com a realidade que não cola nas ilusões que propagou e, por outro lado, que vem somar medidas e orientações que vão potencialmente agravar o problema.

Vejamos dois exemplos na educação. No que respeita a alunos sem professores, depois de se vangloriar de diminuições estratosféricas no número de alunos sem aulas no início do ano letivo em curso, depois de ter sido forçado a retratar-se dos dados enganadores que fornecera à comunicação social e ao Parlamento, e depois de ter remetido o esclarecimento que deveria ter estado em condições de prestar — inicialmente para uma auditoria externa que conclui que não está em condições de concluir coisa nenhuma —, onde tudo era simples, onde só a incompetência do Governo anterior tudo demonstrava, afinal, o Governo não consegue assegurar a primeira das suas missões perante este Parlamento: prestar informação detalhada com números sérios, objetivos e rigorosos sobre o impacto das suas decisões.

*Aplausos do PS.*

Num outro plano, ainda na educação e com mais gravidade, segundo dados do INE (Instituto Nacional de Estatística), cerca de 17 % dos jovens dos 15 aos 35 anos abandonaram, pelo menos, um nível de escolaridade no último ano. Metade destes abandonou um curso do ensino superior e, em 146 cursos, mais de metade dos alunos abandonou a sua frequência. A causa está identificada nos dados levantados: as dificuldades financeiras e as necessidades de trabalhar são as principais razões apontadas.

A inversão da tendência da redução de abandono é, de facto, motivo de particular preocupação, especialmente se tivermos em conta que o País estava no bom caminho para o cumprimento das suas metas e dos objetivos europeus.

E, sobre tudo isto, o que é que o Governo nos apresenta de sinais? Por um lado, uma responsável pela pasta do Ensino Superior que, no passado, rejeitou a gradual eliminação da propina, criticou os valores baixos das propinas atualmente praticados e sustentou os empréstimos como uma via alternativa para o financiamento dos estudos superiores;...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... um Governo que eliminou a medida da devolução da propina, que criava e incentivava, adicionalmente, a conclusão de estudos superiores; e um ministro que, recentemente, promete amalgamar todo o debate em torno das propinas e da ação social debaixo de um teto comum, deixando especial apreensão junto dos estudantes, face ao contexto e aos intervenientes políticos que formulam esta proposta.

Mas se prosseguirmos, e se formos à habitação, verificamos que neste setor se regista que o índice de preços de habitação apresenta as variações mais elevadas em 15 anos — repito, em 15 anos! —, quer em cadeia, 4,8 %, quer na comparação homóloga, onde é de 16 %.

Em comparação com 2024, o valor mediano das avaliações bancárias subiu 17 % e a renda mediana dos novos contratos aumentou 10 %, e há uma diminuição do número de novos contratos de arrendamento em 10 %.

É um problema que não se circunscreve a Portugal. Dissemo-lo quando o PS governava e voltamo-lo a dizer agora, não fugimos desta realidade. Aquilo que é diferente é que as opções políticas do atual Governo agravam o problema e não concorrem para superar esta dificuldade: medidas fiscais que produzem o efeito de aumentar o valor dos imóveis ao absorverem o valor das isenções;...

*Aplausos do PS.*

... garantias públicas que permitem aos titulares de maiores rendimentos comprarem casas mais caras, aquecendo o mercado; eliminação de regras disciplinadoras do alojamento local, que retira do mercado habitacional fogos que muita falta fazem e que mantêm os preços pressionados; e falta de visão, até, quanto às necessidades do setor da construção, dificultando o recrutamento de mão de obra com impactos muito significativos nos próximos anos.

Finalmente, num outro ponto igualmente evidente hoje, avoluma-se a inércia e a lentidão em reagir e dar respostas urgentes. Hoje mesmo, na Régua, viticultores do Douro alertaram, em manifestação de grande adesão, para o risco de uma terceira vindima consecutiva com dificuldades graves de escoamento, com impacto em milhares de famílias do território e na própria sustentabilidade da região demarcada. Até agora, medidas do Governo não as conhecemos.

Se perante tudo isto já teríamos vários exemplos de «inconseguintos» em várias áreas relevantes para o Estado social, podíamos, eventualmente, ter no PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), e nos dados que podiam revelar uma execução transformadora de investimento fundamental para o País, uma boa notícia.

No entanto, aquilo que relatórios recentes, nomeadamente do Tribunal de Contas, apontam é um acréscimo de riscos relevantes na concretização de investimentos, em particular nas áreas da saúde, da habitação e das infraestruturas.

Neste contexto, naquilo que é uma medida com potencial para ser uma ferramenta decisiva, porque é que não está o Governo, como tantos outros Governos dos Estados-Membros da União Europeia, a dar prioridade máxima à renegociação dos prazos e à prorrogação da execução do PRR?

*Aplausos de Deputados do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — É uma omissão gravosa, carregada de consequências negativas e em que podemos chegar tarde demais para o concluir.

Em todos estes casos, o PS assegurará o seu papel: convocaremos o Governo e fiscalizaremos a sua ação, acompanharemos as evoluções negativas das políticas públicas que evoluem devido a medidas do Governo e, seguramente, focaremos os debates sempre...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem seis pedidos de esclarecimento. Posso concluir que responde em dois grupos?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem, assim, a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, para um pedido de esclarecimento, que dispõe de 1 minuto. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, as rendas estão a subir, o Governo não sabe quantos alunos não têm aulas e sabemos agora que o SNS gastou 700 milhões de euros em horas extras e tarefeiros. E a prioridade do Governo é a Lei da Nacionalidade. Isto sabemos.

O PSD não sabe como resolver a educação, a habitação, a saúde e, portanto, diz: «O mercado resolve, nós não temos nada a ver com isso. A nossa prioridade é apresentar uma lei para alterar os critérios da nacionalidade, porque esse é que é o problema dos portugueses na sua vida quotidiana.»

*Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.*

Mas há uma pergunta que deve ser feita: o PS vai acompanhar, vai avaliar, mas o que é que vai propor? O que é que sabe agora sobre a falta de professores nas escolas que não sabia há uns anos,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — No tempo da geringonça!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... quando lhe foi dito que devia rever as carreiras e devolver o tempo de serviço? O que é que sabe agora sobre o preço da habitação que não sabia há uns anos, quando se recusou a eliminar os vistos *gold*, o regime do residente não habitual ou, ainda, há uns meses, quando recusou os tetos às rendas para baixar o preço da habitação? O que é que sabe agora sobre saúde que não sabia há uns anos, quando recusou um regime de exclusividade, de revisão de carreiras, que permitia fixar profissionais no Serviço Nacional de Saúde, e insistiu neste modelo de contratação ao privado, horas extras e tarefeiros?

*Protestos do PSD.*

O que é que sabe hoje e que propostas tem hoje que não sabia há uns anos e que não propôs há uns anos?

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, não deixa de ser curioso ver o Partido Socialista fazer esta declaração política sobre o Estado social, sobre os problemas da saúde, os problemas do ensino, todos aqueles problemas que os senhores foram alimentando desde 2015.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Não ouviu o seu Deputado dizer que estava pior?! É normal!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sim, porque os senhores foram o rosto do caos na saúde, foram os senhores que meteram a saúde como está em Portugal.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Mas os senhores estavam a dizer que estava pior...!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Os senhores foram o rosto da falta de professores na escola, porque não estruturaram a escola pública para ter professores, são os senhores o rosto de tudo isso. São os senhores o rosto da insegurança nas ruas, por culpa desta imigração descontrolada que continua a haver em Portugal. Os senhores são o rosto disso tudo e depois vêm aqui como se nunca tivessem estado no Governo.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, onde é que estava quando o Chega falava em agressões a professores e auxiliares nas escolas?

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Onde é que estava quando o Chega alertava para os milhares de alunos que não tinham aulas nas escolas? Onde é que estava quando o Chega alertava para o caos na saúde?

Falou nas listas de espera, quando temos aqui notícias, de quando o Partido Socialista era Governo, sobre 15 horas de espera no Hospital Beatriz Ângelo, de 16 horas de espera no Hospital de Santa Maria. Era o Partido Socialista que estava no Governo, e agora vêm dizer «ai que a saúde está um caos». Está um caos porque os senhores são os culpados também, são cúmplices do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Mas não conseguiu melhorar!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PSD também não conseguiu melhorar,...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Mas conseguiu piorar...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... aí podemos estar de acordo, estiveram lá 14 meses e não fizeram nada para melhorar a não ser, como se viu aqui, a grande proteção à Ministra da Saúde — a grande proteção a uma ministra que é cúmplice de 11 mortos às mãos do INEM, e estes senhores são cúmplices disso.

*Aplausos do CH.*

E mais, António Costa deixou 1 milhão e 700 mil portugueses sem médico de família, quando prometeu que, quando terminasse o mandato, não haveria um português sem médico de família. Portanto, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, não tenho muitas perguntas para lhe fazer.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Ainda não ouvi nenhuma!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A única pergunta que tenho para lhe fazer é esta: onde é que o senhor andou durante estes anos todos?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Filipa Pinto, do Livre, que tem 2 minutos. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vão para a primeira fila!

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É na primeira fila!

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Pinto** (L): — ... o que pensa do balanço autoelogioso do Governo para a educação, que omite medidas que foram autênticos fracassos, como por exemplo o designado Plano + Aulas + Sucesso, criado para combater a falta de professores, problema que, como os números demonstram, ter-se-á agravado?

Na verdade, o programa não atraiu professores novos, não se investiu numa verdadeira formação de professores e não se valorizou a carreira. Com uma crónica falta de professores, a escola pública continua em desvantagem, face às opções que só servem quem pode pagar o ensino privado. Temos uma escola pública depauperada, fomentando descaradamente a mercantilização do ensino, que se apresenta como o modelo ideal das direitas.

Depois, há a universalização do acesso à educação; a educação pré-escolar a partir dos 3 anos de idade, medida, aliás, já anunciada no mandato anterior, que será garantida através de contratos de associação com o setor privado e social e não através da expansão da rede pública. Mantém-se a intenção de criar um estatuto do diretor com uma carreira específica e remuneração indexada ao topo da carreira docente. Teremos, pois, uma espécie de CEO (Chief Executive Officer) das escolas e a gestão democrática das mesmas vai definitivamente para o lixo.

Em relação ao ensino superior e à ciência, o Programa do Governo também não apresenta respostas cabais para as principais dificuldades do setor. Destaca-se, sobretudo, a ausência de medidas para combater o subfinanciamento de longa data, mas ficamos todos de sobreaviso sobre a vontade de aumentar as propinas no ensino superior, para que, assim, seja ainda mais óbvio que os mais pobres terão de se endividar para estudar.

Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, será este o Estado social que desejamos?

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, que dispõe de 3 minutos. Faça favor.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Pinto, há como que, aqui, um bingo das declarações políticas, em que quase que uma pessoa aposta e põe uma cruzinha na caixa em que se diz: «O PS governou os últimos oito anos» ou «O PS governou 17 dos últimos 25 anos». É o expediente retórico fantástico para não dizer coisa nenhuma,...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Temos de responsabilizar!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... porque a pergunta no debate que estamos a ter é sobre o impacto da governação que está atualmente a governar e que no último ano conseguiu, em todas estas áreas que referi na intervenção lá em cima, na tribuna, piorar uma situação que, reconhecemos, não era ideal.

**Vozes do CH**: — Ah!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — O PS governou oito anos, não resolveu todos os problemas, seguramente, e haveria muito mais por resolver, mas, também, durante esses oito anos vinculámos professores, aumentámos historicamente o financiamento na área da saúde, que estava cronicamente subfinanciado.

Mas é fundamental saber — especialmente para um partido que se arroga querer liderar a oposição —, e eu explico-lhe, Sr. Deputado: a oposição faz-se ao Governo, não é a outros partidos da oposição.

*Aplausos do PS e do Deputado do L Paulo Mucho.*

Se está concentrado e preocupado com os problemas que os portugueses enfrentam, aprenda que o adversário dos problemas das pessoas se encontra em políticas públicas ineficazes, no subfinanciamento que se reitera em várias áreas críticas para o Estado social e, acima de tudo, numa perda de robustez dos serviços públicos para resistir e para tornar mais fácil, daqui a uns anos, desmantelá-los.

E é esse o momento crítico que atravessamos, e são esses vários elementos que foram apresentados na intervenção que fiz há pouco, em áreas em que bastou um ano para vermos um agravamento significativo, substancial, das condições com que os portugueses se deparam quando vão a uma escola, quando enfrentam uma fila num centro de saúde ou quando se deparam com uma urgência hospitalar que não lhes dá a resposta que deveria dar e em que a situação piorou ao longo dos últimos anos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O que é que fizeram?!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Relativamente à questão sobre a avaliação que fazemos na área da educação, obviamente preocupa-nos. Preocupa-nos, fundamentalmente, que, no momento em que o que as pessoas procuram são respostas de estabilidade...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade! Tem razão!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... e garantia de que o caminho para combater o abandono escolar se faz noutro sentido, aquilo a que assistimos é uma desresponsabilização, quer no que respeita às propinas — em que, até ao momento, ainda não tivemos um claro desmentido, um claro afastar do risco, de que as propinas vão subir e de que o congelamento das propinas vai desaparecer —, mas acima de tudo uma ideia de que, eventualmente, o caminho passa por empréstimos ou por outras modalidades que não asseguram a prioridade de que o financiamento do ensino superior, assim como do resto da escola pública, deva essencialmente começar por um empenho do Estado, das políticas públicas e das responsabilidades que temos para com os nossos concidadãos.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, que dispõe de 1 minuto. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento também as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, concordamos na leitura de que, de facto, estamos pior: no que diz respeito à saúde, perante um Governo que prometeu que iria fazer melhor, quando temos mais pessoas sem médico de família; ou no regresso às aulas, quando todos os anos continuamos a falhar.

Mas há uma dimensão em que gostaria de perceber qual a posição do Partido Socialista e que se prende com o ensino superior, porque, neste momento, temos a porta aberta para que voltemos a ter um aumento das propinas, para que haja esse descongelamento, e temos também os estudantes preocupados com esta realidade e com os apoios sociais.

Da parte do PAN, gostaríamos de perceber se o Partido Socialista está disponível, ou não, para ser parte dessa solução que proteja os estudantes e para garantir que não farão parte de qualquer solução de estabilidade que seja marcada pelo aumento das propinas para os estudantes.

Por outro lado, assinaei também o que referiu quanto ao Douro vinhateiro. Parece-nos que as alterações climáticas, tal como o PAN tem vindo a alertar, são também uma ameaça do ponto de vista social e económico para alguns setores da sociedade e, portanto, temos de ter o investimento nestas áreas presente.

Gostaríamos de perceber se o PS está disponível para nos acompanhar em propostas, precisamente, para uma maior eficácia dos fundos comunitários nesta área das alterações climáticas, aliando o Estado social à intervenção do Estado português, o que até aqui não tem...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, gostaria de assinalar que é de estranhar esta intervenção do Partido Socialista sobre falhas do Estado social quando é justamente o PS a estar ao lado do Governo PSD/CDS ao viabilizar o seu programa.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — E o PCP esteve ao lado do PS!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — É um programa que destrói o aparelho do Estado, é um programa que entrega funções essenciais ao negócio privado...

*Protestos da Deputada do PSD Carla Barros.*

... e caminha para a descapitalização da Segurança Social.

Sr. Deputado, não considera que, por ação ou omissão do PS, dentro ou fora do Governo, o Estado tem falhado na devida atualização das pensões, na reposição da idade legal de reforma aos 65 anos e na possibilidade de antecipar a reforma sem penalização no caso das carreiras longas? Não considera que o Estado tem falhado ao negar a universalização do abono de família, que é um direito de todas as crianças?

Já agora, e porque falou nelas, não tem falhado também na eliminação das propinas? E quanto às medidas que já deviam ter sido tomadas, não agora, mas antes, em relação à proteção dos produtores de uva no Douro? E que nos diz sobre a falha do Estado na necessária revisão dos critérios de acesso, valor e duração do subsídio de desemprego?

O PS foi ou não cúmplice na falha do Estado ao inviabilizar as melhorias no regime de proteção da maternidade e da paternidade?

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — E a geringonça?!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — E quanto à deficiência? Considera ou não urgente, necessário e possível aumentar os valores e melhorar o regime da prestação social para a inclusão?

Finalmente, quanto à necessidade de criação de uma rede pública de respostas e equipamentos para idosos, que vamos discutir amanhã, onde estava antes e onde vai estar agora o Partido Socialista?

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Antes estava convosco!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Estava na geringonça!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, fiz questão de lhe colocar este pedido de esclarecimento para que pudesse, também nesta ocasião, felicitá-lo pelo exercício de funções à frente da bancada do Partido Socialista nestes inícios dos trabalhos parlamentares e dizer-lhe o gosto que foi poder ter interagido com V. Ex.<sup>a</sup>.

O Sr. Deputado falou de «inconsequimentos» e quis comparar aquilo que creio que é incomparável, e muitos dos que nos acompanham — como gostam de dizer — lá em casa devem ter achado mesmo que estavam a ver o canal História.

Mas vamos lá falar de «inconsequimentos», e queria lançar-lhe um desafio, que era o de podermos, então, comparar o estado da arte de 11 meses com o de 8 anos.

Na saúde, é efetivamente verdade, ou não é, que há mais portugueses com médicos de família?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É efetivamente verdade, ou não é, que os tempos de espera para cirurgias diminuíram?

Na habitação, é efetivamente verdade, ou não é, que dobrámos a necessidade de construção de casas que os senhores tinham em PRR para executar?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Na educação, é efetivamente verdade, ou não é, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, que o Sr. Deputado já não se lembra de ver uma greve no ensino público em Portugal porque nós recuperámos a autoridade e o respeito dos professores na sala de aula?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Não, não é!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, é verdade, ou não é, que valorizámos, aumentámos salários nas carreiras na Administração Pública — de médicos a enfermeiros, de técnicos e oficiais de justiça às forças e serviços de segurança?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso! Falso! Por amor de Deus!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, é verdade, ou não é, que os portugueses pagam menos impostos e as empresas também?

Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, é efetivamente verdade, ou não é, que o salário mínimo subiu, mas que desta vez também o salário médio subiu e que hoje os portugueses têm maior rendimento do que tiveram nos últimos oito anos?

*Aplausos do PSD.*

E, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, é verdade, ou não é, que estamos a pôr um fim à bagunça em que os senhores deixaram a imigração?

Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, compare lá estes oito meses com os seus oito anos e comente lá estes «inconsequimentos».

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, agradeço as três questões colocadas.

Começando pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, as respostas são muito simples. Não acompanhamos o aumento de propinas, não acompanhamos qualquer confusão entre ação social e o debate sobre as propinas. E, no que respeita à matéria da prioridade ao Douro Vinhateiro, é fundamental a regulação e proteção das famílias como principal prioridade.

Sr. Deputado Alfredo Maia, grande parte das questões que coloca estão respondidas, e estão respondidas no programa do Partido Socialista.

Quanto ao aumento do abono de família, quanto à abolição progressiva das propinas, quanto ao subsídio de desemprego, quanto à proteção da maternidade e paternidade,...

*Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.*

... quanto ao aumento da proteção social de inclusão, todas estas medidas, apesar de podermos discordar na sua concretização, todas elas têm tradução no programa eleitoral do Partido Socialista.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — E não confundimos o reconhecimento do resultado eleitoral e a possibilidade de formar Governo com quem ganha as eleições com a adesão a propostas políticas que constam do Programa do Governo. Deixámos isso claro, reiteramo-lo agora.

Sr. Deputado Hugo Soares, comparar o incomparável é procurar ignorar no debate aquilo que se apontou de negativo ao longo dos últimos 11 anos, ou tentar mascarar os números daquilo que foi efetivamente denunciado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mascarar?! Não, não é!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — O Sr. Deputado dá nota, por exemplo, de que aumentou o número de portugueses com médico de família. Pronto, e vamos ver aqueles que deixaram de ter médico de família, façamos a conta e o saldo é negativo. Ou seja, temos ou não mais pessoas e mais bem servidas? Não, Sr. Deputado, a resposta é inversa!

*Aplausos do PS.*

A cobertura sobe nuns locais, diminui nos outros e a matemática, ciência universal e irrefutável, efetivamente mostra que o Sr. Deputado não tem razão.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade ou não é?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mais impostos!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Era zero!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Depois, nas listas de espera das cirurgias, Sr. Deputado, mais uma vez, num contexto em que o Governo investiu especialmente em esconder os números e em torná-los difíceis de encontrar, verificamos que, de facto, as listas mantêm a mesma dimensão e a mesma escala do problema que tinham anteriormente.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Depois, na habitação, já agora, o Sr. Deputado o que é que faz? Vai buscar o número em que reviu uma meta; não construiu mais casas! O que fez foi aumentar o número de casas que pretende construir.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Dobrámos! Dobrámos!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — E compara aquilo que é um objetivo com aquilo que é a realidade, que foi o que lhe referi ali em cima, na tribuna. O preço das casas, o preço do arrendamento, subiu, e subiu devido diretamente às propostas de VV. Ex.<sup>as</sup>.

*Aplausos de Deputados do PS.*

Foi graças ao aumentar, ao aquecimento do mercado do arrendamento, foi graças à inflação de custos através das medidas fiscais que adotaram, foi através do fim da regulação que existia para o alojamento local que pioraram uma situação que, reconhecemos, não era boa, e não é boa em Portugal e em outros sítios. Mas o que VV. Ex.<sup>as</sup> fizeram foi contribuir para que ela ficasse ainda pior. Essa é que é a comparação que se deve fazer.

*Aplausos do PS.*

*Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

*Burburinho na Sala.*

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados:...

*Pausa.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O BE faz igual!

*Pausa.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É a missa!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Quinze segundos de silêncio, quinze segundos de vazio.

Um mundo sem liberdade de expressão não é muito diferente disto. É um mundo onde impera a autocensura, onde não há lugar para o riso, para a crítica e muito menos para o pensamento livre; só o som do silêncio, só o som da obediência.

Neste mundo da obediência, Bocage seria enforcado logo no primeiro soneto. Júlio Dantas teria interposto uma providência cautelar a Almada Negreiros. Natália Correia calaria os versos diante do lápis azul do regime. Bordalo Pinheiro estaria prostrado, e o Zé Povinho vergado. Eça, censurado por atentar contra os bons costumes e contra os maus políticos. A *Gaiola* de José Vilhena jamais se abriria. E a Joana Marques estaria neste momento a pedir desculpa.

Nesse mundo, o artista não cria — pede permissão.

O humorista não satiriza — pede desculpa.

A piada não faz rir — é um crime.

O cidadão não fala — sussurra.

Mas esse não é o mundo onde queremos viver. Esse não é o mundo onde aceitamos viver. Esse é o mundo onde a sátira é punida e a sensibilidade é lei.

E porque esse mundo nos repugna, faremos o que sempre se fez quando a nossa liberdade está em causa: falaremos, riremos, resistiremos.

*Aplausos da IL.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estas discussões não são particularmente novas. Já em 1859, John Stuart Mill defendia intransigentemente a liberdade de expressão.

*Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.*

Dizia-nos Mill: «O maior dano de silenciar a liberdade de expressão é roubar a humanidade. Se a opinião estiver certa, como estava a teoria de Copérnico, privamos a humanidade de substituir o erro pela verdade. Se estiver errada, perdemos algo quase tão valioso: a perceção clara da verdade em contraste com o erro ou com a mentira.»

A liberdade de expressão não é um favor que se concede aos que dizem o que gostamos. Estar do lado do consenso é fácil; é muito fácil! A liberdade de expressão serve para proteger todos os outros.

A liberdade de expressão é a mais bonita das formas da liberdade de pensamento. É que, quando não se pode dizer tudo, não se pode pensar livremente.

**Vozes da IL:** — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, este processo não visa apenas a Joana Marques, visa-nos a todos enquanto sociedade livre. Ao defender-se, a Joana defende-nos a todos nós. A pequenina Joana Marques defende-nos com uma grandeza apenas reservada a poucos. Defende a liberdade de rir, de nós e dos outros. Defende a sátira, a crítica, a liberdade criativa. Defende o direito de continuarmos a falar livremente, nesta Casa, na nossa casa, na nossa rua ou seja onde for.

*Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.*

O que a Joana nos diz é: riam-se de nós, critiquem-nos, desafiem-nos, mas jamais nos calem. Porque um país onde ninguém se sente ofendido é um país onde ninguém diz nada de jeito; não é um país livre, é um país silenciado.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Há uns anos conheci um grupo de pessoas enquanto viajava. Entre histórias de vida e conversas de circunstância, esse grupo de pessoas começou a contar piadas sobre judeus. Este grupo de pessoas era judeu. Perguntei-lhes como era possível, como era possível rirem-se do mais horrível que lhes aconteceu e que a humanidade testemunhou: o holocausto. E eis que um dos judeus responde: «Eles ganham quando nos tiram o sorriso.»

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E é precisamente por isso que, enquanto a liberdade é atacada pelos «Dantas» do nosso tempo, é nossa responsabilidade dizer:

«BASTA PUM BASTA

UMA GERAÇÃO, QUE CONSENTE DEIXAR-SE REPRESENTAR POR UM DANTAS É UMA GERAÇÃO QUE NUNCA O FOI! É UM COIO D'INDIGENTES, D'INDIGNOS E DE CEGOS! É UMA RÊSMA DE CHARLATÃES E DE VENDIDOS, E SÓ PÓDE PARIR ABAIXO DE ZERO!

[...]

O DANTAS É UM SONETO D'ELLE-PRÓPRIO.

[...]

O DANTAS É O ESCARNEO DA CONSCIENCIA!

[...]

MORRA O DANTAS! MORRA! PIM!»

Há os que criminalizam o riso. Nós recordamos a sua força criativa por Natália Correia: «E os anjos à volta como círios tesos / A desenrolar o seu tédio antigo.»

E aos que querem censurar a sátira e a liberdade de expressão, pois, nós mostramos-vos o Zé Povinho.

*Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

*Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.*

Se algum dia acharem que a sátira deve ser punida, se algum dia a Joana Marques ou algum outro humorista for condenado, pois castiguem-me também, porque hoje, como ontem e como amanhã, eu escolho o lado da liberdade. E o lado da liberdade jamais se ajoelha. Ri-se!

*Aplausos da IL, com Deputados de pé.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento, aos quais, como me indica, irá responder em conjunto.

Para o primeiro, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado convoca-nos aqui para comentar a decisão do grupo musical Anjos de levar Joana Marques a tribunal, quando uma condenação não existe sequer.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Existe um processo!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Bom, enfim, comentemos então.

Mas queria fazer uma pergunta: quando, na Argentina, Milei cria um botão silenciador para silenciar perguntas de jornalistas e reprime manifestações de reformados, ou quando Trump põe no *site* oficial da embaixada uma obrigação de os requerentes de visto revelarem as suas redes sociais — que têm de estar abertas — ou ameaça deportar candidatos democratas que estão a concorrer à Câmara de Nova Iorque,...

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Criticamos! Criticamos!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — ... acha que estes presidentes estão a defender a liberdade de expressão e a liberdade na forma como a Iniciativa Liberal a concebe?

*Protestos de Deputados do CH e da IL.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, perdoe-me «se peço demais», mas esta declaração política da Iniciativa Liberal parece-me muito desadequada, não porque a liberdade de expressão não seja importante, porque o é por demais. Aliás, aqui no Parlamento já temos tido inúmeros debates sobre esta matéria, até na própria gestão dos trabalhos do Parlamento, sobre os limites do debate político e sobre as limitações à liberdade de expressão, que surgem quando grupos que, a coberto dessa mesma liberdade de expressão, a usam para atacar agressivamente, para mentir, para espalhar desinformação.

Agora, «eu quero voltar ao ponto de partida» da sua intervenção. Não lhe parece desadequado a IL pôr o Parlamento a debater um caso judicial que ainda nem sequer foi decidido?

*Protestos da IL e da Deputada do CH Madalena Cordeiro.*

Não é esse o fundamento da sua intervenção? É até caso para dizer: «Calma, jovem!»

Mas, falando sobre liberdade de expressão, o necessário não é discutirmos aqui, no Parlamento, os limites do humor — isso, vai o tribunal decidir, porque não entendemos sequer que se deva legislar sobre essa matéria —, mas, sim, os limites do discurso de ódio e discriminatório e a desinformação, porque sabemos que os crimes de ódio estão a aumentar no nosso País. Sabemos também que, ainda há dias, um relatório europeu referia que as medidas legislativas em Portugal para combater a desinformação são escassas, e precisamos de agir «antes que o tempo se acabe».

A minha pergunta é: reconhece a IL que a desinformação e o discurso de ódio são uma limitação inaceitável à liberdade de expressão? E está disponível para trabalhar nesta matéria, ou esta declaração política é só para ficarmos todos «mais perto do céu», a discutir o processo dos Anjos?

*Aplausos do L.*

*Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Acreditas no Céu, Muacho?!...

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, para responder, tem a palavra.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, é um processo que ainda decorre, mas já é suficientemente grave que haja um processo a decorrer em tribunal perante uma sátira.

*Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.*

Respondendo diretamente às suas questões, uma das maiores diferenças entre nós, entre a Iniciativa Liberal e o Bloco de Esquerda, é que nós condenamos ataques à liberdade de expressão, venham eles de onde vierem. Condenamos ataques à comunicação social, venham eles do Milei ou de onde vierem; condenamos controlos de redes sociais, venham eles do Milei ou de onde vierem.

Já o Bloco de Esquerda...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Veja lá!...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... teve nas suas fileiras bombistas das FP-25 (Forças Populares 25 de Abril).

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ah!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Já em democracia, aceitaram nas suas próprias listas pessoas envolvidas na morte de civis.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso jamais, em tempo algum, nós faremos; jamais compactuaremos com isso.

Uso a minha voz, a minha liberdade de expressão, para expor a hipocrisia do Bloco de Esquerda, que vem com o topete de falar daquilo que condenamos ou não condenamos, quando vocês próprios não o fizeram nas vossas próprias listas, colocando lá bombistas das FP-25. Tenha vergonha!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Tenha calma! Tome um *Xanax*, que isso passa!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Deputado Paulo Muacho, não estamos a debater um caso judicial; é algo bem mais importante do que isso. Estamos a debater um princípio basilar de uma sociedade livre e democrática, que é a liberdade de expressão.

Portanto, a sua defesa dos Anjos — foi o que mais pareceu! — é irrelevante, porque são irrelevantes os personagens, se são os Anjos ou se é a Joana Marques. O que está aqui em causa é a defesa intransigente de uma liberdade que deve ser inviolável, porque atrás da liberdade de expressão está a liberdade de pensamento. E o Livre acha que devemos ter censores-mor,...

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Disparate!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... censores que nos digam o que é o certo, o que é o errado, o que pode ser dito, o que não pode ser dito, o que é o discurso de ódio.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sabe o que é o discurso de ódio?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Pois, nós queremos algo bem diferente. Queremos que as pessoas possam dizer livremente o que entenderem e, depois, cada um de nós estará aqui para fazer o seu julgamento.

*Protestos da Deputada do PS Mariana Vieira da Silva.*

Esse é o único julgamento que em democracia é admissível. Não é o julgamento dos tribunais; é o nosso julgamento, de cada um de nós, perante o que cada um possa ou não dizer.

Finalmente, a comparação entre discursos de ódio e neonazis, bom, eu não conheço a Joana Marques pessoalmente, nunca lhe vi o braço, não sei se tem uma suástica, mas creio que não estamos perante isso.

*Aplausos da IL.*

*Protestos do L e do BE e contraprotestos da IL.*

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Ninguém fez essa comparação!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ter alguns das FP-25 é que é uma tristeza!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, por lapso da Mesa, não se tomou nota do nome de um Sr. Deputado que queria intervir. Se não houver oposição da Câmara, eu daria a palavra ao Sr. Deputado João Antunes dos Santos, do PSD, para um pedido de esclarecimento.

*Pausa.*

Não havendo oposição, tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, o PSD, aliás, como todos os partidos que estão no campo da moderação e da tolerância neste Hemiciclo, está, e esteve sempre, do lado da defesa dos direitos fundamentais, dos princípios e valores constitucionais e, obviamente, da defesa intransigente da liberdade de expressão.

Mal de nós se algum dia a liberdade de expressão estiver dependente da apreciação subjetiva que cada um possa fazer de uma determinada manifestação artística, na qual, naturalmente, se inclui a arte do humor. Os limites devem ser exclusivamente os impostos pela lei e não, nunca, os impostos pela política do gosto.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Mas a Iniciativa Liberal traz este tema a debate porque sabe que é um tema mediático — é o tema da semana.

A Iniciativa Liberal sabe também que, em Portugal, vigora, e bem, o princípio da separação de poderes, tendo a justiça o seu tempo e o seu momento. Aliás, no caso que atualmente decorre na justiça portuguesa, sem

prejuízo — para que fique bem claro — de estarmos todos do lado da liberdade de expressão, a verdade é que o tribunal não se declarou incompetente materialmente para apreciar o caso; os cidadãos têm, naturalmente, o direito de recorrer à justiça e os visados têm, naturalmente, o direito de se defender.

A Iniciativa Liberal, apesar de saber tudo isto, optou pelo caminho mais tentador,...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O caminho do disparate!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — ... o caminho de trazer aqui o tema, procurando ocupar o espaço mediático e o espaço noticioso.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — É verdade!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Diga-se, em abono da verdade, que este é um comportamento típico de outros partidos mais populistas presentes neste Hemiciclo. Aliás, ao trazerem este tema, só permitiram que esses partidos alimentassem aqui os seus discursos extremistas e populistas.

*Aplausos do PSD.*

Pergunto à Iniciativa Liberal se não seria mais avisado aguardar pelos tempos da justiça, respeitando escrupulosamente o princípio da separação de poderes, ao invés de, de forma oportunista, buscar a notícia fácil.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, caso queira responder, tem a palavra.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda não preciso de pedir autorização para falar. Podemos falar livremente sobre este tema e sobre qualquer outro tema que para nós seja fundamental. E a liberdade de expressão não é um tema menor.

Repare, Sr. Deputado João Antunes: isto não é um tribunal e nenhum de nós aqui é um juiz. O que estamos aqui a fazer...

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É a discutir o sexo dos anjos!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... é uma defesa política — à qual depois os tribunais devem obedecer, porque respeitam a lei, dão consequência à lei — de um valor fundacional de qualquer sociedade democrática e livre.

Portanto, não, nunca é tarde ou inoportuno falar de valores fundacionais e falar da liberdade de expressão. É fácil deixar passar e dizer: «Não é connosco, não somos nós os visados.» Essa é a postura fácil. Mas aqui não se pede ponderação; aqui, pede-se convicção. Ou há convicção pela liberdade de expressão, ou há outros posicionamentos, nomeadamente do outro lado do Hemiciclo, que convivem muito bem com a ideia de poderem existir censores do regime que nos digam o que é que podemos ou não podemos dizer.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — É a lei!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Portanto, enquanto ainda vivemos num país livre e eu posso fazer uso livre da minha palavra, digo: debatamos e defendamos intransigentemente a liberdade de expressão. É sempre oportuno fazê-lo.

*Aplausos da IL e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma declaração política, o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Seis minutos de Jorge Pinto! Ninguém merece!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias: 46,6 °C — foi esta a temperatura registada no passado domingo, em Mora, a temperatura mais alta alguma vez registada em Portugal no mês de junho. E isto não é normal.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não tem mais nada de que falar, fala do tempo!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Numa altura em que se fala tanto de perceções sobre segurança, importa recentrar o debate e falarmos sobre o que realmente ameaça a segurança de todas as pessoas.

Esta onda de calor que assolou Portugal e outros países europeus nos últimos dias e todos os fenómenos extremos, que, fruto das alterações climáticas, serão cada vez mais e mais drásticos, são das mais sérias ameaças às nossas vidas e à nossa segurança. As ondas de calor a que fomos sujeitos nos últimos dias não são normais para a época: não são normais na sua intensidade, não são normais na sua duração, não são normais na sua frequência. Por isso, deixamos o alerta: o verão acaba de começar, e ainda estamos a tempo de ter esta discussão aqui, hoje, e de a tornar conseqüente.

É essencial termos um país preparado. Foi precisamente por isso que o Livre propôs, na semana passada, uma comissão parlamentar de inquérito para que o País pudesse estar preparado para dar resposta a todos os fenómenos extremos. Repetimos o que dissemos, então, na altura: a confiança das pessoas nas instituições depende cada vez mais da transparência, da prestação de contas e da capacidade de aprender com os erros e melhorar.

No apagão, tal como durante esta onda de calor, tornaram-se evidentes as consequências da falta de uma cultura de preparação — cuja necessidade o Livre vem sinalizando —, que deve assentar em três pilares: planeamento, preparação e prontidão.

Enquanto andamos a discutir a Lei da Nacionalidade, ligações imaginárias entre imigração e segurança, esquecemos que o Estado tem a obrigação de proteger os seus cidadãos, particularmente os mais vulneráveis.

O calor mata, a desinformação também. Soubemos que noutros países, nestes dias — em França, Itália, Espanha —, infelizmente, várias pessoas morreram devido às altas temperaturas e porque estavam, muitas vezes, em condições de trabalho que as expunham a estes fenómenos extremos.

Em Portugal, não temos ainda números para saber exatamente quantas pessoas podem ter morrido, mas sabemos uma coisa muito importante: em 2022, Portugal registou uma das taxas de mortalidade por calor mais elevadas da Europa. É precisamente por isso que temos de compreender o impacto das ondas de calor nas nossas vidas e preparar os nossos cuidados de saúde. Mas uma coisa é certa: nenhuma destas mortes é, nem pode ser, normal.

O tempo é curto, mas temos de agir. Não podemos deixar, como a Comissária Europeia Teresa Ribera disse, que a cobardia política nos imobilize. Temos de ser capazes de agir em dois eixos: desde logo, no combate às alterações climáticas, mas também — e, nesta fase, se calhar é ainda mais importante — na adaptação das nossas vidas a essas mesmas alterações.

Não estamos só a falar de adaptação individual, de melhorar comportamentos individuais. As questões, os desafios, são muito maiores do que isso. Afinal, as nossas infraestruturas estão preparadas para as alterações climáticas? Os nossos hospitais? As nossas escolas? Os nossos tribunais? Olhem, querem falar do julgamento dos Anjos? Foi notícia que, dentro do tribunal, não se conseguia estar, pelo calor que se fazia sentir na sala de audiência.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É preciso ligar o ar condicionado!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Como estão, então, as nossas instituições preparadas para dar resposta a isso? Como é possível ter aulas quando, dentro da sala de aula, estão mais de 30 °C? Como é que podemos ter um

País a funcionar e os seus cidadãos em segurança perante um qualquer fenómeno extremo? E como podemos ter conforto, quando não conseguimos sequer estar dentro das nossas casas, pelo calor que nelas sentimos?

*Aplausos do L.*

*Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.*

Sabemos que a incapacidade de arrefecer a casa expõe as famílias a riscos acrescidos e evitáveis. Por isso, propusemos no passado o Programa 3C – Casa, Conforto e Clima, que este Governo decidiu descontinuar. Era um programa que melhorava a vida das pessoas, enquanto lhes reduzia a fatura energética. E sabemos, numa triste coincidência, que, a partir de ontem, o IVA de produtos energéticos, como painéis fotovoltaicos ou até ares condicionados, passou de 6 % a 23 %. Foi talvez por esquecimento do Governo, mas, no que ao Livre diz respeito, já apresentámos um projeto de lei para que o IVA destes produtos volte a baixar para a taxa mínima de 6 %.

As alterações climáticas são reais, as suas consequências são reais, e a nossa preparação e adaptação têm também de ser reais. Estamos perante dois caminhos: agir, apostar nas energias renováveis, na transição ecológica, na justiça social, de mão dada com a justiça ambiental, ou então continuar a acelerar em frente, em direção a um muro que nos espera e que será muito duro quando nele batermos. Esta é a política do negacionismo, a política do «motosserrismo» climático que nós negamos.

A boa notícia é que ainda vamos a tempo. Ainda podemos fazer de Portugal um país preparado, que antecipa os fenómenos extremos e onde os portugueses podem e devem viver em segurança; um país capaz, onde o normal é antecipar as respostas e não deixar os portugueses ao abandono.

Este é o normal no qual o Livre acredita; este é o normal que queremos construir a partir de hoje.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado tem três pedidos de esclarecimento e informou a Mesa de que pretende responder primeiro a dois e depois ao terceiro.

Tem então a palavra, para um pedido de esclarecimentos, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, o problema é que quando olhamos para problemas sérios e tentamos fazer deles debates sobre perceções, esses debates errados minam a nossa capacidade de nos defendermos e vivermos em segurança.

Quando, no ano passado, perante uma vaga de incêndios, o Governo desresponsabilizou todas as políticas públicas e disse que era tudo mão criminosa, coisa que não foi comprovada nas estatísticas, isso quer dizer que foi incapaz de pôr em marcha as reformas de ordenamento do território e as reformas de combate às alterações climáticas que nos protegem dos incêndios.

E o mesmo sucede em relação às vagas de calor. Quando se negam as alterações climáticas desprotegem-se as pessoas perante as alterações climáticas, e elas vão ser a maior ameaça às nossas vidas.

De entre todas as alterações que devemos fazer há uma que nos parece urgente, que tem de ser feita agora, que é alterar o código laboral para proteger os trabalhadores das vagas de calor. Ninguém pode trabalhar ao ar livre com 40 °C ou 45 °C. E quando essas pessoas começarem a ir às urgências, a sobrecarregá-las, e quando começarmos a ter vítimas mortais, perceberemos que esta é uma questão de saúde pública e de segurança.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para um pedido de esclarecimento, dou a palavra à Sr. Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, agradeço também ao Livre por trazer este tema a debate, que é da maior relevância e pertinência. Só é pena que, de facto, ainda não haja piadas em relação aos negacionistas climáticos que façam gerar esta mesma discussão entre todas as bancadas parlamentares.

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Pinto** (L): — Muito bem!

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Já há um ano, o PAN trouxe à Assembleia uma proposta para que os trabalhadores expostos a elevadas temperaturas pudessem ter horários de trabalho diferentes, mas sabemos que, infelizmente, a maioria parlamentar rejeitou propostas dessa natureza. E tenho a certeza de que concordará que seria importante não só retomarmos esse debate como também alterarmos os horários de trabalho para proteger esses trabalhadores, quando temos já trabalhadores em países vizinhos que têm perdido a vida com os golpes de calor; como é importante também adaptarmos o País e torná-lo mais resiliente, não apenas na perspetiva do ordenamento do território, que é fundamental, mas também dos investimentos.

*Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.*

Muito se tem falado nos investimentos, e pergunto-lhe se concorda com a proposta do PAN para que, à semelhança do que acontece na Alemanha, por cada cêntimo investido em defesa o mesmo também seja investido na adaptação das infraestruturas absolutamente essenciais para que os países se adaptem às alterações climáticas. Portugal, pelas suas características, seja pela frente costeira que tem, seja pela exposição às ondas de calor, vai ser um dos países mais afetados da União Europeia. E, no entanto, ouvimos o Governo e os partidos que o suportam a falar...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado Jorge Pinto, tem a palavra para responder aos primeiros dois pedidos de esclarecimento. Faça favor.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, agradeço as perguntas das Sr.<sup>as</sup> Deputadas. Na verdade, estamos bastante alinhados no que a isto diz respeito.

É importante esclarecer que a evidência científica é claríssima: as alterações climáticas são reais, o aumento da temperatura média global é real, o aumento dos fenómenos climáticos, como esta vaga de calor, é fruto e consequência direta das alterações climáticas causadas — a ciência assim o diz — por séculos de poluição atmosférica por nós causada.

E o que temos de fazer, como eu dizia, são duas coisas muito importantes: é o combate, mas é também, cada vez mais, a adaptação a essas alterações climáticas, a esses impactos.

Sabemos quais serão as consequências em Portugal, a ciência já nos diz isso há décadas: é o aumento do número e intensidade dos fogos florestais; é o aumento da desertificação do País e da falta de água; é o aumento, como dizia a Deputada Inês de Sousa Real, da erosão da nossa costa.

Sabemos bem os problemas que aí vêm e temos de ser capazes de os antecipar. A Deputada Mariana Mortágua permite-me, com a sua intervenção e num ponto com o qual concordo plenamente, antecipar um projeto de lei que dará entrada hoje mesmo, por iniciativa do Livre, e que permite e terá como título a criação de uma licença ou dispensa remunerada na prestação de trabalho ao ar livre em condições climatéricas extremas. E porquê? Porque, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada dizia, e muito bem, é perigoso, há gente que morre. Esta semana houve uma trabalhadora, em Espanha, que faleceu precisamente por estar a trabalhar no exterior debaixo de temperaturas de mais de 40 °C. Nós temos de ser capazes de criar condições que protejam as vidas destas pessoas. Naquilo que do Livre depender, com este projeto de lei isso tornar-se-á realidade.

Ainda no que diz respeito à falta de interesse, de que falava a Sr.<sup>a</sup> Deputada, e à falta de ação, uma coisa tão simples como um SMS (*short message service*) da Proteção Civil não surgiu. Coisas tão simples como uma partilha da Proteção Civil ou do Ministério da Saúde nas redes sociais, como aconteceu, por exemplo, em Espanha, não aconteceram em Portugal. Não é preciso reinventar a roda.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Há coisas muito simples, muito pragmáticas, muito diretas que podem ser feitas e que dizem uma coisa muito simples aos nossos cidadãos: contem com o Estado, porque o Estado sabe o que é preciso fazer.

O que não podemos deixar acontecer é que todas as discussões sobre alterações climáticas, sobre a preparação do País, sobre a resposta que temos de dar a todos estes desafios, que são, não tenham dúvida, os maiores desafios da nossa geração, sejam «o tempo o dirá». O tempo, já sabemos o que dirá; aquilo que temos de ser capazes é de pensar mais do que a uma legislatura, pensar a médio e a longo prazo e dizer ao País: «Contem connosco enquanto partidos políticos, contem connosco enquanto República, nós estamos aqui para responder a estes desafios, queremos dar-vos a confiança para isso mesmo.»

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para o último pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português. Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Deputado Jorge Pinto pelo tema pertinente.

Sr. Deputado, tem razão quanto à evidência da frequência de fenómenos meteorológicos extremos e também quanto à necessidade de uma cultura e de uma prática de adaptação e preparação com medidas de fundo, com medidas estruturais fundamentais, quer em termos do ordenamento do território e das florestas quer da garantia do direito à habitação digna e com conforto, a um Serviço Nacional de Saúde cada vez mais robusto e adequado, para responder a nível dos cuidados de saúde primários e a nível da emergência, mas também com salários e pensões adequados para cada uma das famílias se preparar para responder melhor a estas necessidades. E também, seguramente, com hospitais, escolas e todos os edifícios em geral adequadamente climatizados.

Naturalmente que isto implica um importante investimento público, e, nessa medida, perguntaria ao Sr. Deputado se concorda com esta perspetiva do PCP, mas sobretudo, se concorda ou não — uma outra questão muito importante — que é fundamental o controlo público de um conjunto de infraestruturas vitais, desde a captação, adoção e distribuição de água, aos serviços elétricos e aos serviços de comunicações, no sentido de garantir ao Estado uma resposta pronta e independente, não só na preparação e na prevenção da sua ocorrência como na resposta às situações de emergência.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder ao Sr. Deputado Alfredo Maia, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, agradeço ao Sr. Deputado Alfredo Maia a questão colocada. Sei também que, neste particular, estamos bastante alinhados, no que diz respeito ao reconhecimento da ciência, àquilo que a ciência nos diz e, sobretudo, em como é que a ciência nos pode ajudar a ter respostas perante estes desafios.

E aqui há muitas coisas que podem ser feitas. O Sr. Deputado citou vários setores da esfera pública — os tribunais, os hospitais, as escolas. Reparemos: em França, onde este fenómeno de calor extremo foi observado, é notícia hoje mesmo — e é, aliás, assunto de capa do *Le Monde* — que mais de 1300 escolas foram encerradas por causa do calor extremo.

*O orador exibiu o jornal que mencionou.*

O que é que aconteceu em Portugal? Estão todas as nossas escolas equipadas com condições térmicas que permitem que os alunos estejam dentro da sala de aula com conforto térmico? Duvido muito. Portanto, se isto não acontece, que dados é que temos, afinal, para saber que escolas têm ou não têm esta qualidade, para garantir que estes alunos conseguem aprender como devem aprender?

O mesmo acontece em relação aos tribunais. Dei há bocado o exemplo, até pegando naquele que foi o assunto da Iniciativa Liberal, porque foi notícia que, naquele que está a ser o julgamento mais mediático da

semana, não se conseguia estar dentro da sala do tribunal — e era um tribunal em Lisboa —, precisamente porque estava demasiado calor lá dentro.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Isso é que é importante!...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Estão os nossos tribunais, por esse País fora, equipados para responder a estes fenómenos extremos térmicos? Provavelmente não estão. Estarão os hospitais? Estarão os centros de saúde? Não sabemos. E, como não sabemos isto, não sabemos imensas outras coisas sobre a preparação do Estado na resposta a fenómenos extremos.

E era precisamente por isso que o Livre, na CPI (comissão parlamentar de inquérito) que propôs na semana passada, queria perceber como é que Portugal está preparado para dar resposta a estes desafios. Esta CPI foi chumbada, e é uma pena, porque parece que queremos esconder os nossos problemas debaixo do tapete, quando os deveríamos expor para sermos capazes de lhes dar resposta.

Em relação à sua pergunta muito direta, respondo também diretamente. É evidente que há setores da economia, há setores, no que diz respeito até à transição ecológica, em que o Estado tem de ter um papel-chave no incentivo a essa transição, no incentivo aos trabalhadores, pois terão, também eles, de ser parte ativa nesta transformação. Só assim, numa aliança entre Estado e trabalhadores, a transição ecológica será justa e ao serviço de todos.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Passamos agora à próxima declaração política. Para isso, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Milhares e milhares de pessoas saíram à rua neste fim de semana, por todo o País, a exigir casa para viver.

É irracional que em Portugal haja centenas de milhares de casas vazias quando há dezenas e dezenas de milhares de famílias sem casa para morar.

Apesar de consagrado na *Constituição da República Portuguesa*, o direito à habitação está longe de ser uma realidade para todas as famílias, e a garantia de que todos têm acesso a uma casa condigna é cada vez mais distante. «Preços da habitação disparam 16,3 % no início do ano»; «Preços das casas atingem a maior subida de sempre»; «Há 12 anos que os preços das casas não descem.» Estes são alguns dos destaques dos jornais dos últimos dias.

Os custos da habitação são insuportáveis. De 2018 para cá, os custos com a habitação aumentaram 80 %, mas os salários não aumentaram nessa ordem de grandeza, o que demonstra como a habitação é cada vez mais inacessível. Que o digam os jovens, que procuram casa onde morar e não conseguem, nem casa nem quarto, e alguns aguardam há dois anos pela resposta do apoio ao abrigo do Porta 65 Jovem.

De acordo com o INE, os preços das casas aumentaram 16,3 % nos primeiros três meses deste ano, atingindo um novo máximo, e ainda poderão agravar-se. As medidas decididas pelo Governo PSD/CDS, designadamente a isenção de IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e do imposto do selo, impulsionaram o aumento dos preços das casas, como alertámos na altura. Para além destas opções beneficiarem os mais endinheirados, contribuíram para o aumento de preços e para a promoção da especulação, como denunciámos oportunamente. Valores de renda especulativos: um T2 para arrendar por valores superiores a 1000 €, superiores inclusivamente ao salário mínimo nacional, inalcançáveis para a esmagadora maioria das famílias, com baixos salários. Até os quartos atingem valores astronómicos, na ordem dos 400 €, 500 € e mais, com anúncios que referem cobranças adicionais até pela utilização da casa de banho.

Aquilo que alguns vêm aqui dizer, que é o tal mercado a funcionar, na verdade é a total selvageria. Aos elevados preços acresce a instabilidade nos contratos de arrendamento, com curtos períodos de duração e a facilitação dos despejos. Famílias expulsas da sua casa, não porque não tenham cumprido as suas responsabilidades, mas porque não conseguem suportar os valores de renda especulativos; muitos regressam a casa dos pais, vão para casas de familiares ou mudam-se para quartos, para garagens e lojas, e, quando se encontram sem qualquer alternativa, não lhes resta mais do que construir uma habitação precária, sem

nenhumas condições de habitabilidade, que alguns pretendem pura e simplesmente arrasar sem a garantia de uma solução de alojamento digna e definitiva.

Os dados do INE confirmam aquilo que já era expectável: a renda mediana de novos contratos aumentou 10 % e o número de novos contratos diminuiu 10,4 % no primeiro trimestre de 2024, em comparação com o período homólogo.

Este é o resultado da desregulação e da liberalização do arrendamento. E este é o problema: avançaram com benefícios fiscais e isenções, acenando que esse seria o caminho para haver mais casas e a preços mais baixos. Não foi, e não será, e não foi por falta de aviso.

Quem ganhou com estas opções políticas, que unem PS, PSD, Chega, CDS e Iniciativa Liberal, foram exatamente os mesmos que são responsáveis pela situação a que chegámos no País e que, ao longo de décadas, ganharam com a mercantilização da habitação, com a especulação à custa do sacrifício das famílias.

Assim é também com as famílias com créditos à habitação, amarradas uma vida inteira a uma dívida, com prestações elevadas devido às taxas de juro, enquanto os lucros da banca alcançam valores recorde de quase 5 mil milhões de euros, em 2024. A habitação foi transformada numa mercadoria e o direito num negócio, pela banca, pelos fundos, pelos especuladores, pelos interesses imobiliários. Os lucros sobrepõem-se à satisfação de uma necessidade básica, a de uma casa, a base para construir uma vida. Tudo isso com a cumplicidade e o empenho do Governo PSD/CDS e com o apoio do PS, da Iniciativa Liberal e do Chega.

Insistir nesta opção não resolverá nenhum problema e só tornará o direito à habitação cada vez mais uma miragem. Esta opção não serve. A atual situação impõe uma rutura com este caminho e com estas opções políticas de direita. Exige coragem para enfrentar os grandes interesses dos setores imobiliários e financeiros e combater a especulação. Foi isso que os jovens, os trabalhadores, as populações reivindicaram neste fim de semana, uma política que garanta o cumprimento do direito universal à habitação.

A garantia do direito à habitação exige, desde logo, que o Governo assuma as suas responsabilidades e invista no aumento da oferta da habitação pública através da requalificação de imóveis do Estado, que podem e devem ser mobilizados para este fim, e da construção, onde seja necessária, para suprir as carências habitacionais.

É igualmente preciso regular o arrendamento e proteger os inquilinos, permitindo a redução das rendas, a estabilidade no arrendamento, assim como a eliminação dos mecanismos que facilitam os despejos e fragilizam os inquilinos, revogando a lei do arrendamento urbano, conhecida como a «lei dos despejos». Impõe-se também a proteção da habitação dos titulares com crédito à habitação, colocando os lucros da banca a suportar as elevadas taxas de juros.

São estes os compromissos que o PCP assume: intervir e lutar pela concretização do direito à habitação para todos.

*Aplausos do PCP e do BE.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Inscreveram-se três Srs. Deputados para fazer pedidos de esclarecimento, aos quais a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos responderá em conjunto.

Tem a palavra, para o primeiro pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Gonçalo Lage, do PSD.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, é hoje óbvio, e é garantido, que a prioridade máxima do Governo é resolver o problema da habitação. Nós sabemos que há um problema transversal e que tem tido, sobretudo, efeito nas principais cidades portuguesas.

O que não conseguimos ainda compreender, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é que durante os anos todos em que a Sr.<sup>a</sup> Deputada e a sua bancada andaram a suportar o Partido Socialista, em que o preço das casas mais do que duplicou, o Partido Comunista nunca teve uma palavra a dizer relativamente a esta matéria.

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos e da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

Mas digo mais, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Este Governo, num ano de funções, e com eleições no meio, já tomou mais medidas do que o Partido Socialista durante oito anos.

*Aplausos do PSD.*

Deixe-me que lhe diga também, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que passámos de 26 000 casas para 59 000 casas. E mesmo as 26 000 casas que o Partido Socialista tinha previsto tinham suborçamentação de 800 milhões de euros.

*Aplausos do PSD.*

À boa moda socialista, lançam-se medidas, faz-se uma suborçamentação, não há dinheiro para nada e não se faz nada.

O Governo assumiu um compromisso claro, Sr.<sup>a</sup> Deputada, de construir as 59 000 casas.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Falamos daqui a um ano!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — O que sabemos é que temos 2,8 mil milhões de euros inscritos em Orçamento do Estado, que é o maior investimento de sempre na habitação. O maior investimento de sempre!

Por isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada, tenho de lhe perguntar, porque o PCP e o PSD estão em campos diametralmente opostos, se acha que é mesmo com medidas como as que o PCP defende que vamos conseguir mais oferta de habitação — medidas como a posse administrativa das casas, medidas como o arrendamento coercivo, que o PCP sempre quis suportar, medidas como o incentivo à ocupação de casas e medidas que dizem respeito à colocação de tetos nas rendas, quando toda a gente sabe que isso faz com que haja uma fuga de casas do mercado.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, estamos mesmo em campos diametralmente opostos, porque, com estas medidas que o PCP defende para habitação, do nosso lado nunca vão contar com apoio.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Francisco Gomes, do Chega.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, tenho de lhe dizer: mas que distinta lata! Mas que distinta lata!

O PCP apresenta-se a esta Casa, perante os portugueses, como o grande defensor da habitação, a voz da justiça, a voz dos portugueses que procuram habitação acessível. Pois nós dizemos ao PCP, a todos eles, olhos nos olhos, que VV. Ex.<sup>as</sup> são a voz do engano, do engodo, do embuste. Não são a solução. Nunca foram a solução!

*Aplausos do CH.*

Basta olhar para a maneira como têm votado as medidas que o Chega tem trazido a esta Casa. E nós temos memória: gestão do património do Estado para habitação — PCP vota contra; solidariedade bancária na habitação — PCP vota contra; incentivos fiscais ao arrendamento — PCP vota contra; apoio jovem à compra de casa — PCP vota contra; proteção contra aumento das rendas — PCP vota contra. Chumbo, chumbo, chumbo! É este o legado que, do alto da vossa demagogia, vocês têm para os portugueses.

*Aplausos do CH.*

Mas não ficam aqui. Não, vocês não ficam por aqui, porque a vossa aversão ao grande papão do grande capital é uma espécie de versão do Frei Tomás: olha como votas, não olhes para o que faz.

E o que é que o PCP faz? Ora bem, jornal *ECO*: «Câmara de Grândola alvo de buscas por violação de regras urbanísticas», e viva o PCP! Jornal *Expresso*: «Negócios imobiliários sustentam as contas do PCP», e viva o PCP! O meu favorito, jornal *Público*: «PCP é o partido que mais negócio faz com o património imobiliário», e viva o PCP!

Só vos compra quem não vos conhece. Vocês não são o futuro, vocês não são a resposta, vocês nunca serão a voz de Portugal.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O gabinete médico é ali ao lado! O PCP precisa!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para o último pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, saúdo o PCP por ter trazido a este debate o problema da habitação, que, na verdade, é o problema mais urgente, mais grave que Portugal vive neste momento.

Diz o Sr. Deputado Gonçalo Lage que se trata da prioridade deste Governo, mas o Sr. Primeiro-Ministro não falou da habitação no seu discurso de tomada de posse...

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Falou, falou!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Falou, sim!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... e o Ministro da Habitação também não falou dessa matéria na apresentação do Programa do Governo. Portanto, as primeiras medidas que foram apresentadas pelo Governo não dizem respeito à habitação.

O que está a ser feito para baixar o preço das casas, para baixar o preço de arrendamento, para impedir que as pessoas percam a sua casa?

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Está a fazer o pedido de esclarecimento ao PCP ou a mim?!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — O Governo, na verdade, cria o papão da imigração e da Lei da Nacionalidade para mascarar a falha e não garantir esse direito tão básico que é o direito à habitação. Mas, na verdade, é mais do que uma falha, é deliberado. Os preços da habitação estão astronómicos e a subir como nunca, muito devido às medidas que este Governo adotou no último ano.

A uma emergência responde-se com medidas urgentes e corajosas.

Por isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, porque será que o Governo não regulamenta o Fundo de Emergência para a Habitação, com o qual podia, neste momento, estar a usar 100 milhões de euros para apoiar as pessoas e as famílias que perderam a sua casa ou estão em risco de a perder?

Porque é que o Governo nem sequer quer ouvir falar da criação de uma percentagem de habitação acessível na construção de novos empreendimentos?

Porque é que o Governo continua a beneficiar quem compra casas não para morar mas para ter casa em Portugal e, assim, usufruir dos benefícios fiscais?

Porque é que, Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, este Governo, na verdade, não quer resolver o problema da habitação, continua a beneficiar quem mais tem e não garante este direito tão básico?

Porque é que julga que, na verdade, esta é uma prioridade do Governo mas exatamente ao contrário?

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, para responder, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, cumprimento todos os Srs. Deputados e agradeço as questões que me dirigiram.

Creio que, neste debate e pelas questões que foram formuladas, ficou claro que do partido Chega...

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Vamos expropriar a Atalaia!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... há muita gritaria, é certo, mas propostas para resolver os problemas dos inquilinos e dos elevados valores de rendas não há nenhuma.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — E a Vivenda Aleluia?!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sabem porquê, Srs. Deputados? Porque o vosso compromisso não é com os inquilinos, não é com os trabalhadores, não é com os jovens, não é com as populações; é com os interesses imobiliários, é com a banca, é com os fundos.

Quando aqui queremos garantir os direitos dos inquilinos e proteger os que se veem confrontados com uma renda de 400 € que aumenta para 800 €, o Chega vota contra, porque aquilo que defende são os lucros da banca e dos fundos imobiliários.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — E Grândola?!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Portanto, quanto a isso, estamos conversados. Aliás, regista-se até o incómodo desta resposta relativamente às questões que aqui estão a ser colocadas. Fica claro que querem ocultar o vosso verdadeiro propósito, quem verdadeiramente servem e de quem dependem.

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Vocês estão mortos, acabados!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, é verdade, este Governo, por parte do PSD e do CDS, não dá resposta porque os seus compromissos não são com a garantia do direito à habitação. Isso está visto no conjunto de medidas que foram tomando, no que diz respeito à legislação em matéria de solos, com toda a liberalização que foi feita, no que diz respeito às medidas tomadas, diziam, para os jovens. A verdade é que foram para apenas um núcleo reduzido de jovens, porque a esmagadora maioria dos jovens continua a não ter acesso à habitação, uma vez que os seus salários são baixos e os preços são altos.

Aliás, os dados estatísticos — não são os nossos, são os públicos, os oficiais — revelam que, desde que foram tomadas as medidas da isenção do IMT e do imposto do selo, o preço das casas aumentou e é o próprio Governo que é responsável por este aumento e pela promoção da especulação, que permite os lucros dos fundos da banca, dos interesses imobiliários e que é um obstáculo para que os jovens, para que os trabalhadores consigam ter acesso à habitação. Este foi o compromisso que assumiram, não foi o compromisso de resolver os problemas.

Da parte do PCP, aquilo que sempre defendemos — e não temos duas caras — foi muito claro: garantir esse direito à habitação.

Foi com a nossa intervenção que foi possível aprovar aqui, na Assembleia da República, a Lei de Bases da Habitação que o anterior Governo do Partido Socialista não concretizou e o atual Governo também não está a concretizar. Isso, sim, permitiria garantir às famílias o direito à habitação.

Aquilo que é necessário é, de facto, intervir no arrendamento, regular e reduzir os preços e garantir oferta pública de habitação,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É sempre a mesma coisa, desde 1848!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... coisa que o Governo não está a fazer, está a transferir o ónus e o encargo para outros.

*Aplausos do PCP.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Gonçalo Lage está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, para fazer uma interpelação à Mesa, pedindo a distribuição de documentos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Gostaria de pedir ao Sr. Presidente que pudesse distribuir à Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes as 10 principais medidas e prioridades do Governo, que o Sr. Primeiro-Ministro referiu nesta Casa, no âmbito da apresentação do Programa do Governo, e onde está precisamente colocada a prioridade da habitação.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Logo que cheguem, serão distribuídas.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, também está a pedir a palavra para uma interpelação à Mesa?

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sim, Sr. Presidente, é uma interpelação à Mesa para esclarecer o Sr. Presidente...

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Esclarecer?!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... que, na verdade, o que referi foi o discurso de tomada de posse do Sr. Primeiro-Ministro e depois o dos ministros que tomaram a palavra, aquando da apresentação do Programa do Governo.

*Protestos do PSD e do CH.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Soares também está a pedir a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é mesmo para uma interpelação à Mesa, porque na política não vale tudo, e é preciso que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, das duas uma, ou peça desculpa ou diga que se enganou, uma vez que não foi rigorosa.

O que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes disse foi que o Sr. Primeiro-Ministro, quer no discurso de posse do Governo, quer no discurso nesta Assembleia da República, nunca referiu o tema da habitação. Aquilo que o Sr. Deputado Gonçalo Lage disse foi que, precisamente na prioridade n.º 7, o Sr. Primeiro-Ministro falou aqui, nesta Casa, da habitação.

Peça desculpa, Sr.<sup>a</sup> Deputada!

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Nuncio para fazer a sua declaração política.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Não vou dar a palavra para fazer o contraponto, não é assim.

Vou explicar aos Srs. Deputados o que diz o Regimento sobre interpelações à Mesa. Já estava a pensar fazer isso.

O artigo 80.º do Regimento — peço a atenção dos Srs. Deputados — diz que: «Os Deputados podem interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.»

A lealdade parlamentar obriga a que os Srs. Deputados, quando pedem a palavra para fazer uma interpelação à Mesa, se circunscrevam àquilo que o Regimento diz. É verdade que tenho de esperar para perceber o que estão a querer dizer. No entanto, quando os Srs. Deputados pedem a palavra para uma interpelação à Mesa para fazer debate em relação àquilo que foi dito nas intervenções não estão a fazer o uso correto da figura regimental da interpelação.

Lembro que o Sr. Deputado Gonçalo Lage usou da palavra para pedir a distribuição de um texto...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E bem!

O Sr. **Presidente**: — ... e, a partir daí, começou a fazer-se o debate com a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes. A Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes usou da palavra, o Sr. Deputado Hugo Soares respondeu, por isso dou por encerrado este ponto, porque não está a ser usada a figura da interpelação à Mesa para aquilo que é correto.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Houve igualdade de armas, a Sr.<sup>a</sup> Deputada falou, o Sr. Deputado falou, e agora vou passar a outro ponto.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Não vou dar a palavra, não vou dar a palavra!  
Sr. Deputado Paulo Nuncio...

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — Não dou a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não dou. Não dou a palavra. Não dou a palavra, certo?

*Aplausos do PSD e do CH.*

*Protestos do L.*

Não é para bater palmas. O estou a dizer em relação à Sr.<sup>a</sup> Deputada diria em relação a qualquer outro Deputado que usasse da palavra para as mesmas lógicas que a Sr.<sup>a</sup> Deputada usou. Não dou a palavra.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Respeite os portugueses!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Nuncio, tem a palavra para proferir a sua declaração política.

*Burburinho na Sala.*

Srs. Deputados, peço que a Câmara dê condições para que o Sr. Deputado Paulo Nuncio possa usar da palavra.

Faça favor.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Há demasiado tempo que a carga fiscal penaliza quem trabalha, prejudica quem arrisca e castiga quem investe. Por isso, a redução de impostos foi uma prioridade assumida desde o primeiro momento pela AD, coligação PSD/CDS. Já o fizemos em 2024, vamos voltar a fazê-lo em 2025. Este é o Governo, esta é a maioria que reduz os impostos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E este é, efetivamente, o Governo e a maioria que estão a reduzir os impostos aos portugueses.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

Com a AD, o IRS é mesmo para reduzir.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Mais do que de promessas, estamos a falar de resultados. E os dados oficiais são muito claros: a receita do IRS reduziu 5 % em 2024, face ao ano anterior, porque o Estado cobrou menos 1000 milhões de euros de IRS e as famílias ficaram com mais 1000 milhões de euros no bolso. O Estado com menos receita, as famílias com mais rendimento — é assim que tem de ser, é assim que tem de continuar a ser.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Por outro lado, o peso do IRS nos salários nunca esteve a um nível tão baixo desde 2016. Com a geringonça, com a governação conjunta das esquerdas, o peso do IRS nos salários atingiu níveis historicamente elevados. Mas, em 2024, esse peso do IRS nos salários desceu pela primeira vez para 8 % — mais do que promessas, são resultados.

Com a AD, o Estado cobra menos IRS e as famílias ficam com mais dinheiro no seu bolso para pouparem, para investirem e para melhorarem a sua qualidade de vida.

À esquerda, os programas eleitorais tiveram a mesma obsessão: aumentar, seja de que forma for, os impostos em Portugal. Pior, o principal partido da esquerda, o PS, desistiu pura e simplesmente de reduzir o IRS. No seu programa eleitoral nem uma referência à redução deste imposto sobre as famílias é possível encontrar. Nem uma referência!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isto significa que, para o PS, o IRS está bem como está, mas, para a AD e para os portugueses, o IRS como está continua demais. Por isso, continuaremos a reduzir o IRS para que as famílias possam ter mais rendimento, principalmente as famílias da classe média.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

Esta é a grande diferença, a diferença entre aqueles que acham que o dinheiro público é dinheiro do Estado e aqueles que sabem que o dinheiro público não é dinheiro do Estado, é dinheiro dos contribuintes.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Srs. Deputados, no final do dia, no fim das contas, isto tudo se resume a uma questão de liberdade. A esquerda quer manter as famílias dependentes de um Estado pesado. A AD, pelo contrário, quer libertar as famílias do peso excessivo do Estado através de uma dieta de IRS de 2000 milhões de euros até 2029.

E, diferentemente do que aconteceu no ano passado, esperamos que os dois maiores partidos da oposição não se aliem...

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

... em conluios para desvirtuar e virar à esquerda a proposta do Governo.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sejam claros neste ponto. O Governo apresenta uma proposta para reduzir em 500 milhões de euros o IRS para todas as famílias, mas com especial enfoque para as famílias de classe média, entre o 4.º e o 6.º escalão, porque esse foi o compromisso que assumimos perante os portugueses, porque esse foi o compromisso que os portugueses escolheram nas urnas. E, por isso, é esse o compromisso que deve ser respeitado neste Orçamento e neste Parlamento.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Este Governo escolheu a reforma do Estado como prioridade. Pois bem, a redução de impostos é a primeira reforma do Estado que é necessário fazer, porque reduzir impostos significa equilibrar os pesos da balança entre o Estado e as famílias, porque reduzir impostos significa adaptar o Estado à capacidade contributiva das famílias, aliviando os contribuintes...

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — E o IRC?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... de suportar um Estado sem qualquer limite. A redução de impostos é, por isso, a forma de libertar os cidadãos e as famílias das amarras do Estado. Esta é a primeira grande reforma que o nosso Estado precisa de fazer.

Sr.ªs e Srs. Deputados, em tempos, alguém disse que a diferença entre a morte e os impostos é que a morte não piora sempre que o Parlamento reúne. Durante oito anos foi essa a realidade, mas felizmente que esse tempo terminou, que os oito anos já acabaram. Naquilo que depender do CDS, nos próximos quatro anos, as famílias portuguesas vão continuar a beneficiar da redução de impostos, porque isso é bom para as famílias e porque isso é bom para a liberdade.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, quatro Srs. Deputados, aos quais o Sr. Deputado Paulo Nuncio responderá em dois grupos.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa Matos, do Partido Socialista. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Nuncio, de todos os Deputados neste Hemiciclo, o senhor é mesmo o último, mas o último, que tem moral para falar de impostos, de redução de impostos, porque os portugueses lembram-se bem do enorme aumento de impostos que fez quando estava no Governo.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Todos nós nos lembramos, Sr. Deputado, da sua responsabilidade política, aliás, assumida, e muito bem, no apagão fiscal das *offshore* na lista VIP da AT (Autoridade Tributária e Aduaneira).

Já agora, não nos fossemos nós esquecer da sobretaxa, aquela calculadorazinha que apresentaram antes das eleições e que prometia devolver muito, mas, depois das eleições, afinal, já não devolvia absolutamente nada. Foi um bocadinho como o choque fiscal do ano passado, Sr. Deputado, em que prometia muito, mas, no final do dia, os reembolsos do IRS, puf!, desapareceram, e o ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos), tcharan!, aumentou.

Mas já que puxo pela sua memória, Sr. Deputado, veja se se lembra disto. Ora, vamos lá ver: 2016, início do fim da sobretaxa, substituição do seu injusto coeficiente familiar; 2018, desdobramento de escalões, descida

das taxas, mais famílias isentas de IRS; 2020, introdução do IRS Jovem; 2022, mais desdobramento, mais redução de taxas, mais famílias isentas, mais dedução por filhos;...

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — O CDS não estava cá!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — ... 2024, ainda Governo do PS, redução das taxas em 1200 milhões de euros; 2025, com o PS na oposição, sim, mas nova redução de IRS de 300 milhões.

Tudo somado, Sr. Deputado, os portugueses, graças às ações do PS, pagam hoje menos 6 mil milhões de euros de IRS do que pagariam com as suas regras de 2015. Com o PS, o IRS reduziu-se de 17 % nos salários para apenas 12 %.

Ora, o Sr. Deputado vangloria-se agora de uma descida de impostos que poupa 7 € por mês a quem ganha o salário médio e 30 € a quem ganha 6000 €?!

O Sr. Deputado desvaloriza a estabilidade das contas públicas. Nós somos o segundo país da União Europeia com o maior desvio das regras orçamentais, Sr. Deputado. E diz que esta é a marca da AD? Mas qual? É a subida do ISP? É o fim do prémio salarial? É a subida do IVA a meio do ano? Ou é a ameaça de um IRS sintético que, na verdade, vai aumentar os impostos para quem neste momento não paga qualquer tipo de IRS? Ó Sr. Deputado, quem é que quer realmente enganar? Essa é que é...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Fonseca, do PSD. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, prometemos e cumprimos.

Em 2024, prometemos reduzir os impostos aos portugueses, e cumprimos ainda em 2024. Prometemos e cumprimos.

Para o Orçamento de 2025, não só não aumentámos nenhum imposto como reduzimos os impostos sobre os rendimentos, atualizámos os escalões acima da inflação e alterámos as tabelas de retenção para que o Estado não ficasse com o nosso dinheiro todo o ano para o devolver só no ano seguinte. Prometemos e cumprimos.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — No Programa do Governo para esta legislatura consta mais uma redução do IRS, 2000 milhões de euros para o final da legislatura e 500 milhões ainda para este ano. Saúdo, por isso, o Sr. Deputado Paulo Núncio por ter trazido este tema a debate.

A redução de impostos, nomeadamente sobre os rendimentos do trabalho, é um tema que, de facto, é muito caro e é uma prioridade para o CDS e para o PSD, para a AD.

Esta redução de impostos, já concretizada e que vai continuar, já está a dar frutos. Notícia do *Expresso*, de maio de 2025: «Portugal é o país da OCDE onde o rendimento real mais cresceu em 2024 (e bate recorde de pelo menos 16 anos)». Notícia do *Jornal de Negócios*, também deste ano: «Rendimento subiu quase quatro vezes mais do que a média da OCDE». Notícia do *ECO*, de fevereiro de 2025: «Salário médio líquido dispara 10 %, a maior subida da década.» Contra factos não há argumentos e as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados deviam congratular-se com estas conquistas.

Sr. Deputado Paulo Núncio, sei que é um otimista e, tal como eu, confia muito no trabalho e no sucesso deste Governo, mas pergunto-lhe sinceramente se esperava tão bons e tão rápidos resultados da política fiscal do nosso Governo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Nuncio, tem a palavra para responder. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, respondo ao Deputado Miguel Costa Matos. A pergunta que faço — e que faço lá para casa, para os portugueses ouvirem — é a seguinte: como é que é possível o PS falar da troica sem falar da bancarrota a que levou o País, tendo chamado a troica para resolver os problemas que os senhores deixaram?! O PS levou o País à bancarrota, ponto final, parágrafo.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

E, ao contrário do PS, a AD e os partidos que compõem a AD nunca levaram o País à bancarrota.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

Pelo contrário, tiveram de salvar diversas vezes o País da bancarrota e da falência em que os irresponsáveis e os incompetentes socialistas o deixaram.

Sr. Deputado, começa esta semana a ser julgado por corrupção o Primeiro-Ministro socialista responsável por ter levado o País à bancarrota.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sobre isso, o PS diz nada, diz bola.

Talvez fosse a altura certa para o PS, finalmente, assumir a responsabilidade pela falência, pela bancarrota do País e pedir desculpa aos portugueses por terem tido um Primeiro-Ministro que teve o nome de José Sócrates.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E responder? Responder?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É uma vergonha que o PS continue a falar da bancarrota e não peça desculpa aos portugueses por ter tido um líder e um Primeiro-Ministro com o nome de José Sócrates.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E a resposta?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Agora, quero também dizer outra coisa, Sr. Deputado: os dados oficiais não mentem. Com o PS, com a geringonça, com a governação conjunta com a esquerda, o peso do IRS nos salários...

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Baixou!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... esteve sempre a aumentar, e foi em 2024 que o peso do IRS nos salários desceu, e desceu, pela primeira vez, para 8 %.

Já agora, Sr. Deputado, era importante que o PS explicasse como é que vai votar a proposta apresentada pelo Governo. Vai fazer o que está implícito no seu programa eleitoral, que é desistir de reduzir o IRS, uma vez que nem uma linha dedicou à redução do IRS...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... no seu programa eleitoral, ou, pelo contrário — diga lá para fora, para as pessoas que nos estão a ouvir —, vai juntar-se ao Governo, vai juntar-se a esta maioria para conseguir o objetivo nobre e valioso de reduzir o IRS sobre as famílias?

Era bom que o PS explicasse isto o mais rapidamente possível.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Quanto à pergunta feita pelo Sr. Deputado Alberto Fonseca, quero dizer-lhe que não, Sr. Deputado. Eu estava à espera de que os resultados deste Governo fossem exatamente estes.

O Governo comprometeu-se em campanha eleitoral a reduzir o IRS e, pouco mais de uma semana depois de ter sido investido nesta Casa, apresentou uma redução do IRS. E assim continuaremos. Reduziremos em 2000 milhões de euros o IRS, contra toda a posição da esquerda, contra a posição hipócrita do PS. Para nós, o importante é reduzir o IRS sobre as famílias.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, que dispõe de 1 minuto.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, ouvimo-lo, e também ao PSD, numa espécie de *preview* em relação ao debate de amanhã sobre o IRS, mas...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — De sexta-feira.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sim, de sexta-feira, peço desculpa.

Mas, dizia eu, há algo de que se esqueceu e deixou fora desse seu discurso em prol das famílias. A verdade é que há uma injustiça por corrigir desde os tempos da troica e desde a renegociação dos contratos a que as famílias foram obrigadas a sujeitar-se para pagar o crédito à habitação, garrote esse que nem o Governo do PSD/CDS-PP nem o do PS desfizeram. Refiro-me ao facto de os jovens e as famílias não poderem deduzir os juros com o crédito à habitação que, por força das sucessivas crises que temos enfrentado, se viram obrigados a renegociar. Esta situação é de uma profunda injustiça social, pelo que lhe pergunto se concorda ou não que é mais do que tempo de a corrigirmos, tal como o PAN propõe e vai trazer a debate esta sexta-feira.

Refiro também os impostos indiretos, neste caso o IVA, que continua a asfixiar as famílias. Ora, não ouvimos uma palavra em relação à descida do IVA, nomeadamente da alimentação — o cabaz alimentar de que o CDS também falava, acompanhando o PAN nesta matéria — ou no que toca à alimentação dos animais de companhia e à saúde animal.

Já que falamos de família, pergunto: o CDS está ou não disponível para, junto do Governo, pedir que se aprovem as medidas do PAN nesta matéria para, aí sim, chegarmos às famílias?

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, fiquei um bocadinho curioso com a sua intervenção, porque o senhor fala constantemente de impostos e de liberdade, mas há uma clara diferença no entendimento de liberdade por parte do Livre e por parte do CDS, que, nessa matéria, está bem acompanhado pela IL, pelo Chega e pelo PSD. Isto porque, para o Sr. Deputado, parece que a única maneira de se ser mais livre é pagando menos impostos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mais impostos, menos liberdade!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Em relação a isso parece que quanto menos presente estiver o Estado mais livre é o cidadão.

Ora, isto não é real. Mas, ainda antes de explicar porque é que isto não é real, deixe-me dizer-lhe uma coisa muito clara: ninguém mais do que o Livre quer que os portugueses possam pagar menos impostos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ai é, é!

*Risos do PSD e da IL.*

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ninguém mais do que o Livre quer que os portugueses tenham um Estado que funcione, que seja eficiente e que seja eficaz. Aliás, acho que as propostas por nós apresentadas ao longo da nossa existência são muito claras em relação a isso.

Tenho aqui uma série de perguntas, algumas delas um pouco retóricas, admito, mas gostaria de saber se o Sr. Deputado tem consciência de que mais de 40 % das famílias portuguesas não pagam sequer IRS.

Gostaria de saber se o Sr. Deputado está de acordo quando o Livre diz que uma das grandes ferramentas para trazer mais progressividade fiscal, ou seja, mais justiça fiscal para o nosso País, é o IRS, mas que aquilo que é agora proposto pelo Governo da AD, que o senhor e o seu partido apoiam, não traz mais progressividade fiscal, muito pelo contrário. Portanto, gostaria de saber se concorda ou não com isto.

Gostaria também de saber se o Sr. Deputado, o seu partido e o seu Governo irão apoiar o Livre quando, como já hoje foi anunciado, dermos entrada de uma proposta que quer baixar a taxa normal do IVA, para que Portugal não seja dos países da Europa onde esta taxa é mais elevada. Vai acompanhar-nos ou não?

Gostaria ainda de lhe perguntar se o Sr. Deputado não acha que há ferramentas a nível internacional que podem trazer mais justiça fiscal. Foi notícia esta semana que os Estados Unidos querem retirar-se do acordo global para um IRC mínimo global que tinha sido já acordado pelos próprios Estados Unidos.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — E muito bem!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Está o Sr. Deputado de acordo com isto ou não?

Uma última pergunta: está o Sr. Deputado disponível para acompanhar o Livre e outros países, como a Espanha e o Brasil,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Jesus!...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... que querem a criação de um imposto global sobre os mais ricos para que, precisamente, se possam proteger as famílias?

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, respondendo primeiro à Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, não sei se a Sr.<sup>a</sup> Deputada percebeu bem a proposta do Governo que pretende reduzir o IRS em 2000 milhões de euros até 2029.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A redução de 2000 milhões de euros ultrapassa em muito a totalidade da dedução à coleta por crédito à habitação que hoje existe, o que significa que as famílias — todas as famílias, aquelas que têm crédito à habitação e aquelas que têm arrendamento — vão ser beneficiadas com esta proposta do Governo em muito maior valor do que seriam se houvesse uma proposta como aquela que o PAN apresenta de aumento das deduções à coleta com o crédito à habitação.

Sr. Deputado Jorge Pinto, o Sr. Deputado acabou por confirmar tudo o que eu disse da tribuna. Os programas eleitorais de todos os partidos de esquerda, nomeadamente o do Livre, têm uma mesma obsessão: aumentar, seja de que de forma for, os impostos em Portugal.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — O Sr. Deputado só fala em aumentar impostos: é sobre o património, é sobre o rendimento, é sobre o consumo. O Sr. Deputado só sabe falar de impostos, está obcecado em falar de impostos.

Sr. Deputado, nessa matéria, distingue-nos um oceano. Para nós, esta é uma questão de liberdade, porque parte de uma diferença substancial. Para o Sr. Deputado, o dinheiro público é dinheiro do Estado. Para nós, o dinheiro público não é dinheiro do Estado, é dinheiro dos contribuintes.

Por isso, Sr. Deputado, ao contrário da esquerda, que quer manter as famílias dependentes de um Estado pesado...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... e que deste modo continua a manter os impostos elevados, nós queremos libertar as famílias de um peso excessivo do Estado. É por esta razão que apresentamos esta proposta de redução de 2000 milhões de euros no IRS.

Sr. Deputado, para nós, é fundamental — repito, fundamental — que a reforma do Estado comece, como o Governo a começou, com uma redução de impostos, porque, como lhe dizia, a redução de impostos permite equilibrar os pratos da balança, que estão muito desequilibrados.

Neste momento, o Estado vale muito mais do que as famílias e as famílias têm de ganhar liberdade, têm de ganhar poder aquisitivo para poderem equilibrar a sua posição com o Estado.

Por outro lado, é fundamental reduzir os impostos, porque é fundamental adaptar o Estado às capacidades contributivas das famílias.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — As famílias não podem estar subordinadas à despesa pública sem limites. O Estado é que tem de se adaptar à capacidade contributiva das famílias, permitindo assim aliviar o fardo provocado pelo aumento excessivo dos gastos públicos sem limites por parte do Estado.

Por isto, distingue-nos tudo: o Sr. Deputado privilegia o Estado e a imposição do Estado sobre as famílias; nós queremos a liberdade das famílias perante o Estado, a começar, fundamentalmente, pela redução de impostos, Sr. Deputado.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em setembro deste ano, assinalam-se 30 anos da data da aprovação em Portugal da lei de proteção aos animais. São três décadas de avanços, de lutas duras, de conquistas importantes. Três décadas de um caminho feito com persistência, com coragem e com a mobilização de milhares de pessoas que se recusam a ficar indiferentes ao sofrimento animal. Este caminho tem a marca do PAN. Cada passo dado — do fim dos abates nos canis à criminalização dos maus-tratos, da proibição dos animais selvagens nos circos aos apoios à proteção animal — teve também o nosso contributo.

Mas mais importante do que celebrarmos o que conquistámos é garantir que não permitimos retrocessos. Infelizmente, há sinais claros de recuo.

O Governo e a maioria parlamentar parecem querer apagar o progresso feito com medidas como a de ontem, através da qual passaram as competências da DGAV (Direção-Geral da Alimentação e Veterinária) de volta para o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas).

Dizem-nos que não haverá recuos, mas na prática aprovaram com urgência a redução do IVA para atividades que implicam tortura animal, enquanto recusam essa mesma descida para a alimentação, os cuidados de saúde e o bem-estar dos animais que vivem nas nossas casas junto das famílias.

Falam em reforçar a proteção animal, mas já entrámos em julho e os avisos para os apoios aos centros de recolha, às associações, às cuidadoras continuam também por publicar. Há associações e pessoas que todos

os dias fazem o trabalho que o Estado se recusa a fazer — resgatam, tratam, cuidam, promovem para adoção —, muitas vezes com recursos escassos e em situações desesperantes. Mesmo assim, não sabem ainda com o que podem contar para 2025.

Nem sempre, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o silêncio é de ouro. Neste caso, o silêncio do Governo diz muito e o que nos diz não é nada de bom.

Se falarmos de responsabilidade, temos de puxar pela responsabilidade de várias entidades.

Falemos do caso de Vila Nova de Foz Côa, onde, num centro de recolha oficial — repito, num centro de recolha oficial —, foram encontrados animais feridos, malnutridos e sem qualquer cuidado médico ou veterinário, animais mortos dentro de arcas congeladoras. Um cenário de horror, num espaço sob a responsabilidade direta do Estado. Foram resgatados 73 animais, muitos deles a viver em sofrimento há demasiado tempo. Só depois das denúncias, do escândalo, do resgate forçado é que algo foi feito, para muitos, tarde demais.

O PAN exigiu a audição urgente destas entidades, mas há partidos, como o Chega, que, apesar da sua indignação performativa, optaram por adiar, por protelar, por recusar considerar como urgente este tipo de audições e, acima de tudo, o apuramento de responsabilidades. A coerência, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, como sempre, ficou à porta.

O mesmo se diga em relação à decisão de retirar o ICNF da tutela do bem-estar animal e entregá-la à DGAV, uma entidade com um histórico não apenas sanitarista, mas de processos prescritos, de uma ausência de atuação escandalosa, como aconteceu no caso de Santo Tirso. Esta não é apenas uma má decisão política, é uma mensagem clara de que para este Governo o bem-estar animal não é uma relevância.

Entramos agora no verão, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados — a época mais negra para os animais abandonados —, e todos os anos sabemos o que acontece. Onde estão as campanhas nacionais de sensibilização? Onde estão os apoios para evitar o abandono? Onde está a campanha nacional de esterilização? Não estão. Não existem. O que existem, sim, são propostas como a do estatuto do cuidador informal, que vai agravar o problema porque vai gerar mais abandono e, acima de tudo, vai tentar justificar o injustificável, que é voltar a abater os nossos melhores amigos, os animais de companhia.

Dizemo-lo com clareza: o abate não é solução. Nunca foi, nunca será e a sociedade civil também não o vai permitir.

Por isso mesmo, não podemos deixar de lembrar outro tipo de lacunas que têm existido no nosso País. Falemos de Santo Tirso. Estamos a poucos dias de fazer cinco anos desde a noite em que pelo menos 93 animais morreram queimados num abrigo ilegal. Foram cinco anos para se chegar a julgamento, cinco anos de impunidade e de total ausência de qualquer responsabilização ou mudança mais profunda.

E se já de si é difícil ver aplicada a lei aos animais de companhia, como nos denota este caso de Santo Tirso, em relação aos outros, os que vivem em explorações, os que são sujeitos a transporte, os que estão em matadouros, a lei nem sequer toca as suas situações. É a velha máxima de George Orwell, que continua viva: «Todos os animais são iguais, mas uns são mais iguais do que outros.»

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, neste ano em que celebramos os 30 anos da lei da proteção aos animais — subscrita por António Maria Pereira, cujo centenário foi celebrado recentemente —, o PAN entende que é preciso mais. É preciso coragem política.

Assim, o PAN apresentou uma proposta para reforçar o Código Penal de modo a garantir que criminalizamos condutas absolutamente inaceitáveis como a zoofilia, uma situação que recentemente chocou o nosso País, em que animais de explorações foram abusados sexualmente tendo acabado por morrer em virtude dessas circunstâncias. Mas o que nos diz a lei? Nada. Há total impunidade. Temos de proteger, de uma vez por todas, todos os animais e não apenas os animais de companhia.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, temos muitas divergências, mas quando ocorreu a situação de Santo Tirso fomos capazes de encontrar unanimidade para mudar a legislação.

A proteção animal é um trabalho de décadas, não de dias, e não pode andar para trás. Não podemos permitir que décadas de progresso sejam desfeitas por inércia, por desinteresse ou por más decisões políticas.

A causa animal tem de ter uma voz clara e não deve haver passos de recuo na Assembleia da República. Da parte do PAN, já sabem que contam com uma voz firme e coerente. É preciso ter a certeza de uma coisa: enquanto aqui estivermos, essa voz não se calará.

Temos de encontrar pontes de diálogo. Temos uma sociedade civil lá fora que clama por mudanças legislativas, é por isso mesmo que apelo às Sr.<sup>as</sup> e aos Srs. Deputados a que não fechem os olhos aos canis ilegais e menos ainda à tragédia de Santo Tirso, que faz hoje cinco anos.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem um pedido de esclarecimento. Para o fazer, tem a palavra o Sr. Deputado Cristóvão Norte, do PSD.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, dá-se a feliz circunstância de hoje a poder interpelar. Digo «feliz circunstância» porque ontem tivemos ocasião de celebrar a fundação de uma coligação inédita em Portugal, coligação essa que tem a importante participação do PAN.

Não querendo fazer campanha eleitoral, gostaria de salientar o seguinte: se se juntou em Faro o que antes nunca se tinha juntado, então é caso para dizer que talvez se venha a fazer em Faro aquilo que nunca foi feito.

Fez-se um grande percurso ao longo dos últimos anos. Houve uma profunda alteração de paradigma e a Assembleia da República, genericamente, conseguiu acompanhar esses passos. Foram passos plurais, foram passos consistentes, foram passos que respeitaram impulsos legiferantes dos cidadãos.

Alterámos o Código Penal, criminalizando condutas, alterámos o Código Civil, criando pela primeira vez a distinção entre animais e coisas, e estabelecemos o fim dos abates. Mas há muito por fazer e eu subscrevo o entendimento da Sr.<sup>a</sup> Deputada em relação a essa matéria.

Dito isto, é importante frisar o seguinte: o ponto fundamental não é onde a tutela se situa, o ponto fundamental é a consistência política na ação. O que espero em relação às observações que a Sr.<sup>a</sup> Deputada fez a respeito de uma menor intenção do Governo em relação a esta matéria é que a Sr.<sup>a</sup> Deputada não tenha razão.

Nesse sentido, como sempre fiz aqui, com orgulho, juntarei a minha voz à da Sr.<sup>a</sup> Deputada para que nos aspetos da esterilização e noutros fundamentais sejamos capazes, respeitando o sentimento dos cidadãos, de fazer progredir esta causa, porque é uma causa ética que é importante para todos nós, em nome da tolerância...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Cristóvão Norte, a bem dos animais, eu própria espero estar errada.

Permita-me que lhe dê duas notas em relação às questões que colocou e à referência que fez sobre a coligação de Faro. Em política, há pessoas que fazem a diferença. António Maria Pereira fê-lo e reconheço-o, mesmo não sendo da minha bancada.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — E o Sr. Deputado Cristóvão Norte também tem feito, tem sido muito coerente.

*Aplausos do PSD.*

Reconheço-o democraticamente, da mesma forma que já o fiz em relação a outros Deputados de outras bancadas e de outras cores políticas. Reconheço o valor de quem vota de forma diferente na sua bancada, mesmo passando por processos disciplinares por essa razão, tal como reconheço o valor de quem, ao longo desta mais de uma década desde que a lei criminalizou os maus-tratos a animais, tem defendido e tem estado ao lado de partidos e pessoas como nós e, acima de tudo, ao lado da causa. E se o Sr. Deputado acrescenta

valor à causa animal, o PAN está ao seu lado, evidentemente, da mesma forma que o Sr. Deputado tem estado ao meu lado nesta luta.

Mas há algo que não posso deixar passar em relação à consistência política, porque, a nível nacional, o PSD nem sempre tem estado ao lado dos animais. Não está ao lado dos animais quando gera um recuo com a passagem de competências do ICNF para a DGAV. Acima de tudo, não está ao lado dos animais em situações graves que estão a suceder, nomeadamente quanto ao facto de termos entidades públicas, como centros de recolha oficial que pertencem e são tutelados seja por câmaras municipais, como é o caso de Foz Côa, seja o caso de Proença-a-Nova, que é um canil intermunicipal, seja outro tipo de canis ilegais, como há em Elvas, por exemplo.

Temos de olhar para as responsabilidades do Estado e não permitir que o trabalho que arduamente fizemos ao longo de décadas, através da recolha de dados e da formação dada a magistrados, para que a lei seja aplicada fique com lacunas e dimensões por cumprir na área dos maus-tratos a outras espécies. Não podemos continuar a ver ovelhas e cavalos espancados e maltratados por esse País fora e nada fazer.

Por isso mesmo, Sr. Deputado, daqui a um ano cá estaremos para falar de Faro — espero não o ter cá, mas tê-lo, sim, como presidente da câmara, para pôr em prática o que outros municípios não fazem — e, acima de tudo, para ver se a lei de proteção aos animais foi alargada através do Código Penal. Para isso, espero poder contar com a sua bancada.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, dispondo de 6 minutos.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por pedir desculpa porque, muito sinceramente, não estava prevista esta minha intervenção. Mas são só 5 minutos, no máximo 6 minutos, para fazer uma pequena reflexão sobre democracia.

Já o meu avô dizia: «A democracia pode levar 100 anos a consolidar», e ele faleceu quatro anos antes do 25 de Abril. Não era político, mas sabia o que custava viver sem liberdade, sem voz e sem esperança.

A frase dele acompanha-me até hoje, felizmente, porque traduz uma verdade simples e poderosa. A democracia não está garantida nem é eterna. A sua construção é lenta e frágil por natureza, e vai exigir de todos nós cuidado, exigência e responsabilidade.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Hoje, a democracia portuguesa vive um momento crítico, na minha opinião. Mas não é um colapso, é um alerta. Vemos uma crescente desconfiança nas instituições, um afastamento do eleitorado, diversos discursos que prometem tudo sem explicar nada e partidos que preferem inflamar a opinião pública a construir soluções sérias.

Eu e o JPP temos uma posição clara: não estamos aqui para alimentar guerras ideológicas nem para transformar a política num espetáculo. Estamos aqui para trabalhar, para respeitar o equilíbrio com verdade e com responsabilidade. É isso que as pessoas estão a exigir de nós e é disso que a democracia precisa.

Não podemos continuar a tolerar que se banalize o ataque às instituições só porque dá votos. Não podemos aceitar que se ponha em causa o trabalho da justiça, do Parlamento ou da comunicação social, sem provas, apenas para semear o caos e o descrédito. Isto não é renovar a democracia, é corroê-la por dentro.

Da mesma forma, não podemos cair na ilusão de que os velhos partidos do sistema podem continuar a funcionar como funcionam, sem prestar contas, sem ouvir, sem reformar. Também aí é preciso mudar, mas mudar com responsabilidade. Não agir com gritos, com *slogans* vazios, mas com propostas concretas e honestas.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a democracia não é da esquerda nem da direita, é de todos nós,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — ... mas só sobrevive se for defendida todos os dias e por todos nós.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — O que a democracia está a exigir de nós, enquanto representantes eleitos, é que estejamos à altura do momento, que saibamos escutar sem medo, agir com coragem e falar com clareza.

Se a democracia pode levar 100 anos a consolidar, então que sejamos lembrados como a geração que a tratou com seriedade, que a defendeu do ruído e da demagogia e que fez dela uma ponte para o futuro, não um campo de batalha permanente.

É fácil falar de democracia quando tudo corre bem, mas é nos tempos difíceis que se mede a sua solidez. E a verdade que não podemos continuar a ignorar é que a democracia em Portugal enfrenta hoje vários desafios: a crescente abstenção eleitoral, o descrédito nas instituições, o avanço de discursos inflamados e carregados de ódios e populismo...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — ... e a perceção de que muitos falam para as televisões e poucos escutam verdadeiramente as pessoas, o povo deste País.

«Durante este percurso [...]», dizia o meu avô, «[...] haverá altos e baixos», e, na minha opinião, estamos hoje num desses momentos de baixa. Mas não é com dramatismo nem com indiferença que responderemos a essa crise, é com responsabilidade e tolerância.

É precisamente aqui que entra o papel desta Casa que é a Assembleia da República. Cabe-nos fazer mais do que votar leis e marcar posições partidárias. Cabe-nos dar exemplos de rigor, de respeito institucional e de compromisso com a verdade e com os valores da nossa democracia.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Porque, sejamos claros, a democracia não é somente votar de quatro em quatro anos. A democracia está a exigir de todos nós transparência, a democracia está a exigir responsabilização política, a democracia está a exigir que a justiça funcione.

A democracia está a exigir de todos nós e dos nossos governantes um sistema de saúde que dê confiança aos portugueses.

A democracia está a exigir de todos nós que tenhamos capacidade suficiente para perceber o drama e a dor daquela mãe que perdeu recentemente um filho porque as instituições do Estado não souberam dar-lhe resposta.

A democracia está a exigir que os nossos soldados da paz, neste verão que se aproxima, tenham capacidade suficiente de dar resposta aos grandes desafios, e que encaremos tudo o que se faz por estes homens não como um custo, mas, sim, como um investimento.

Termino dizendo que é verdade que a democracia pode demorar 100 anos a consolidar. Já caminhámos metade desse percurso. E se queremos que ela chegue lá com vida e com saúde, inteira e respeitada, temos de começar por dentro.

Estarei sempre ao lado da democracia, não por cálculo político, mas por convicção, com firmeza, com...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos de Deputados do PSD, do PS e do L.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento a que, conforme informação que fez chegar à Mesa, responderá em conjunto.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Sr. Deputado Filipe Sousa, queria agradecer-lhe e felicitá-lo pela intervenção que aqui fez, porque toca no que é central, na missão de cada um de nós.

A propósito da referência que fez ao facto de que uma democracia pode demorar 100 anos a consolidar, é importante lembrarmos que, em Portugal, nenhum dos dois períodos que tivemos de alguma estabilidade deliberativa já no sentido da democracia passou dos 50 anos. Até agora, aquela que vivemos agora, a 2.<sup>a</sup> República, comemora os seus 50 anos, mas antes, no período do chamado «rotativismo»...

*Protestos de Deputados do CH.*

Depois tem um sinal, caro colega Deputado Filipe Sousa, do aviltar das instituições de que precisamente falava, que é o achincalhar do trabalho parlamentar que representam, por exemplo, estes apartes, que ainda por cima são mentirosos, porque não pode haver 3.<sup>a</sup> República quando o Estado Novo não se chamou «2.<sup>a</sup> República».

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — 3.<sup>a</sup> República!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O Estado Novo chamou a si mesmo simplesmente Estado Novo. Portanto, além de aviltantes, são historicamente ignorantes.

*Protestos do CH.*

Mas, dizia eu, nunca tivemos mais do que os ditos 50 anos.

*Continuação dos protestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Isto é que é desinformação!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Ó Sr. Deputado!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ora, um exemplo do que foi o fim de um regime em Portugal foi aquele da monarquia constitucional, quando os grandes partidos se conluíram para, com a sua maioria esmagadora, poderem esmagar os direitos das minorias,...

*Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.*

... grupos parlamentares mais pequenos e tendências políticas que então nasciam, como o republicanismo e os direitos, até, de Deputados únicos, como o próprio Sr. Deputado.

*Protestos do CH.*

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Republicanismo e democracia não são a mesma coisa!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Nessa altura, o conluio entre os grandes partidos ficou conhecido por um nome singular. Na altura — estou a citá-lo historicamente, não se refere a nada da atualidade — o nome que, de facto, foi escolhido foi: «A ignóbil porcaria».

«A ignóbil porcaria», na altura, deu cabo do regime da monarquia constitucional em poucos anos. Fomos para a ditadura de João Franco e depois caiu a monarquia.

*Protestos do Deputado do CH Daniel Teixeira.*

Mais do que um pedido de esclarecimento, Caro Deputado Filipe Sousa, o que gostaria era de o felicitar pelo trabalho que aqui faz,...

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Qual?! Qual?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... dizer-lhe que contará com o Livre na defesa dos direitos dos Deputados únicos,...

*Protestos de Deputados do CH.*

... que ainda há pouco tempo era a nossa representação, e que espero que contemos consigo na defesa dos outros partidos aqui no Parlamento.

*Aplausos do L e de Deputados do PS.*

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão e contraprotestos do Deputado do L Rui Tavares.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Poço. Faça favor.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados,...

*Continuação de protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão e de contraprotestos do Deputado do L Rui Tavares.*

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Tem de estar mais atento àquela bancada!

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — A sua bancada nem está aí...!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, pedia condições para ouvir o orador. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Filipe Sousa, permita-me, em nome da bancada do PSD, que lhe faça uma saudação e que comece primeiro por uma reflexão.

Temos sempre muita tendência a destacar mais vezes aquilo que nos divide do que aquilo que ainda nos une. Sabemos também que a democracia é feita de confronto, de divisão, e este Parlamento é também o espelho dessa realidade divisiva. Por outro lado, os portugueses que assistem a estes debates esperam de nós soluções para melhorar as suas vidas, esperam que haja capacidade de chegarmos a consensos.

Daquilo que tem sido a sua intervenção neste primeiro mês de mandato parlamentar, é óbvio, já ficou patente — e a minha expectativa e a expectativa do PSD é de que possa continuar — que o Sr. Deputado procura trazer, com a primeira representação do seu partido na Casa da democracia, um espírito construtivo, um espírito de querer avançar para o consenso que muda a vida das pessoas.

E se é verdade que não há nenhum regime que seja melhor, até ver — até hoje, até aos nossos tempos —, do que a democracia, não podemos permitir que isto seja apenas um chavão. Temos de garantir que a democracia tem tradução concreta em políticas concretas que mudam os dias, concretos, da vida das pessoas.

Acreditamos, no PSD e no programa que suportamos nesta Casa — o Programa do Governo da AD —, que há medidas concretas que vão nesse sentido de reforçar a democracia. Vou dar dois exemplos. Por um lado, garantirmos que conseguimos aliviar as famílias da carga de impostos que pagam — é positivo, melhora a democracia.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Por outro lado, conseguirmos corresponder à maior transformação demográfica da nossa história, que aconteceu na última década, regulando de forma humanista, mas com direitos e deveres, a nossa imigração e aqueles que procuram Portugal.

Portanto, o desafio que lhe deixo — é mais uma reflexão, não é tanto um desafio —, ou o apelo, é o de perceber se o Sr. Deputado Filipe Sousa e o JPP estarão deste lado, do lado destas soluções positivas para, isso sim, melhorar a nossa democracia.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Sousa, tem a palavra, para responder, dispondo de 3 minutos.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, confesso, muito sinceramente, que fico feliz por ter sido reconhecido...

*Protestos do CH.*

... nesta minha breve e simples intervenção e quero, também, felicitar o Sr. Deputado Rui Tavares e agradecer toda a amabilidade.

Quero dizer, muito sinceramente, que quando fui eleito para a Casa da democracia interiorizei o seguinte: será que serei capaz de levar uma missão no mais alto espaço da democracia? Confesso, muito sinceramente, que estou com uma ideia amplamente positiva e completamente contrária à vivência democrática que se vive na Região Autónoma da Madeira.

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

Por isso, quero agradecer a todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República, do maior ao mais pequeno, pela amabilidade com que me têm recebido, com o espírito de entreatajuda que vejo nesta Casa e que, acima de tudo, valoriza o papel da democracia.

*Protestos da Deputada do CH Felicidade Vital.*

Sr. Deputado Alexandre Poço, na minha intervenção tive de cortar uma passagem do meu discurso, em que dizia o seguinte: «E a democracia, com todos os seus defeitos, continua a ser o sistema que temos e o melhor sistema que temos; porque só através dela é possível garantir os direitos fundamentais, construir consensos, proteger minorias e assegurar um Estado que responda com a verdadeira justiça social.»

*Protestos do Deputado do CH Rodrigo Taxa.*

Por isso, Sr. Deputado, como disse inicialmente, salvo erro na minha primeira intervenção nesta Casa, estou aqui para construir e, acima de tudo, para dar voz às ilhas, ou às diferentes ilhas que afetam o nosso País. Com agrado digo que esta voz — genuína, pura e humanista — também irá responder e comunga da preocupação com o problema da imigração desregulada que, infelizmente, assola o nosso País.

Portanto, já li com alguma atenção os diferentes programas eleitorais e devo dizer que o programa do PSD, no que diz respeito à imigração, vai ao encontro daquilo que defendemos,...

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — O Rui Tavares já está a fazer outra cara...!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — ... que é sermos tolerantes e,...

*Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.*

... acima de tudo, respeitar todos aqueles que encontraram neste País uma oportunidade de vida, como nós portugueses, largas centenas de milhares de portugueses, procurámos noutros países do mundo também um

refúgio, para uma melhor qualidade de vida e de formação — acima de tudo profissional —, como estes mesmos imigrantes.

*Aplausos do Deputado do L Rui Tavares.*

O Sr. **Presidente**: — Como sabem, Srs. Deputados, um Deputado único merece o mesmo respeito que todos os outros Deputados. Há grupos parlamentares que também já tiveram um só Deputado e devem perceber bem esse respeito que devemos ter por um só Deputado.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Exatamente!

O Sr. **Presidente**: — Todos devemos ter esse cuidado, porque o Sr. Deputado tem de ter as condições para poder também transmitir a sua opinião e as suas ideias.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Santos Frazão.*

E devemos ter esse cuidado em relação a todos os Deputados, e até com reforço para com quem é Deputado único.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — O nosso debate está acabado.

Da ordem do dia para amanhã consta, no primeiro ponto, a apreciação da Petição n.º 25/XVI/1.<sup>a</sup> [Obra Vicentina de Auxílio aos Reclusos (OVAR) e APAR – Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso] — Amnistia/Perdão de penas no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 59/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Estabelece um perdão de penas e amnistia de infrações por ocasião da comemoração dos 50 anos do 25 de Abril.

No segundo ponto teremos a apreciação da Petição n.º 41/XVI/1.<sup>a</sup> (INTER Reformados Nacional CGTP-IN e MURPI – Confederação Nacional de Reformado, Pensionistas e Idosos) — Por uma rede pública de lares, em conjunto com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 50/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Pela simplificação na instalação e licenciamento de equipamentos de apoio social geridos por entidades privadas, 51/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Altera o Decreto-Lei n.º 141/89 pelo reconhecimento dos serviços de apoio domiciliário lucrativo, 58/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Cria a rede pública de residências de apoio para as pessoas mais velhas e 62/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Cria uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio aos idosos, e com os Projetos de Resolução n.ºs 92/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela criação de uma rede pública de lares, 94/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Pelo reforço rede pública e solidária de respostas sociais, com prioridade para os lares de idosos e centros de dia, 98/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a criação do programa de alargamento da rede de equipamentos sociais – quarta geração, 104/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Reforço de políticas públicas de resposta a pessoas idosas e garantia de proteção laboral e social a quem cuida, 106/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Por uma rede de cuidados que não deixe nenhum idoso para trás e 112/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Pelo aumento de vagas em respostas sociais destinadas a idosos, garantindo o cumprimento das metas do PRR e acelerando a sua execução.

O terceiro ponto consta do debate da Petição n.º 91/XVI/1.<sup>a</sup> (FIEQUIMETAL – Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Elétricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas) — Profissões de desgaste rápido, conjuntamente com o Projeto de Lei n.º 52/ XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Cria a definição e critérios de acesso à profissão de desgaste rápido, na generalidade, e com os Projetos de Resolução n.ºs 90/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à criação de um grupo de trabalho para a alteração do enquadramento legal das profissões de desgaste rápido, que defina critérios para a atribuição desta qualificação e identifique um elenco exemplificativo de tais profissões, 91/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela melhoria e atualização da legislação sobre doenças profissionais, 93/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que promova um levantamento sobre as profissões que devem ser consideradas de desgaste rápido, para que se proceda à alteração do respetivo regime jurídico, 101/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Pelo reconhecimento das profissões de desgaste rápido e garantia de uma maior proteção social e laboral e 108/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo que

proceda à definição e regulamentação de um regime laboral e de aposentação específico para os trabalhadores do sector da indústria.

No quarto ponto apreciaremos a Petição n.º 1/XVI/1.<sup>a</sup> (Catarina Pires de Almeida Rosa e outros) — Pela preservação do património natural da península de Tróia, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 78/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a proteção e restauro dos ecossistemas dunares da península de Tróia e das pradarias marinhas do estuário do Sado, 89/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda a suspensão das dragagens no estuário do Sado até à avaliação e cumprimento das medidas previstas na Declaração de Impacte Ambiental, 96/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de medidas para salvaguarda e valorização ecológica da península de Tróia em equilíbrio com o interesse nacional, 103/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Pela preservação do património natural da península de Tróia e 109/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Em defesa da costa litoral do concelho de Grândola.

O quinto ponto consta da apreciação da Petição n.º 7/XVI/1.<sup>a</sup> (Cristina Maria Rubianes Vieira e outros) — Regulamentação da profissão de psicomotricista, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs 88/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela regulamentação da profissão de psicomotricista, 95/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Pela regulamentação da profissão de psicomotricidade e 110/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo a regulamentação da profissão de psicomotricista.

Do sexto ponto consta a discussão da Petição n.º 242/XV/2.<sup>a</sup> (José Manuel Correia Serra e outros) — Pela preservação das florestas e dos ecossistemas em Portugal, em conjunto com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 56/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Prevê o crime de ecocídio no Código Penal, 57/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Altera o Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, estendendo as suas medidas de proteção aos carvalhos e 65/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Reforça as regras de corte de árvores e harmoniza regimes contraordenacionais em matéria florestal, e ainda com os Projetos de Resolução n.ºs 83/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo a reforma da Agência Portuguesa do Ambiente e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 84/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo a criação de um código florestal simplificado, 85/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo finalizar o cadastro dos terrenos e incentivar o emparcelamento da propriedade rural, 100/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a implementação de medidas de conservação e proteção da biodiversidade da serra da Lousã e 105/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de um programa nacional de replantação e regeneração ecológica das áreas cortadas em zonas protegidas.

No sétimo, e último, ponto teremos a apreciação da Petição n.º 120/XVI/1.<sup>a</sup> (Movimento por uma Inclusão Efetiva) — Por uma inclusão efetiva nas escolas, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 54/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Garante uma inclusão efetiva nas escolas, alterando o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho e 55/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Aprova a carta dos direitos linguísticos da comunidade surda, especialmente em contexto educativo, e ainda com os Projetos de Resolução n.ºs 39/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Pela contratação de terapeutas e psicólogos para o apoio de crianças com necessidades educativas especiais, 82/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — A emergência na consolidação de aprendizagens, 86/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que elabore e apresente um relatório de avaliação da aplicação do Regime Jurídico da Educação Inclusiva com vista à respetiva melhoria contínua, 87/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Por uma inclusão efetiva nas escolas, 97/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda o reforço dos centros de apoio à aprendizagem, 99/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda o reforço da Língua Gestual Portuguesa (LGP) nas escolas, 102/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Por uma educação inclusiva, 107/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Garantia de uma verdadeira educação inclusiva na escola pública, 111/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo a revisão das políticas de inclusão em meio escolar resultante da avaliação em curso e 113/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a revisão do Regime Jurídico da Educação Inclusiva e da formação dos professores de educação especial.

É tudo, Srs. Deputados. Boa noite e bom descanso.

Está encerrada a sessão.

*Eram 18 horas e 10 minutos.*

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*